



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

Ducilene Melo da Silva

**SIGNIFICADOS DO PRONAF “A” PARA FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO
ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ
– 2000 A 2002.**

**Belém
2008**

Ducilene Melo da Silva

**SIGNIFICADOS DO PRONAF “A” PARA FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO
ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ
– 2000 A 2002**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Orientador: Prof. Dr. Samuel Maria de Amorim e Sá

Belém

2008

Ducilene Melo da Silva

**SIGNIFICADOS DO PRONAF “A” PARA FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO
ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ
– 2000 A 2002**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data de aprovação: Belém – PA: 14/03/2008

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Alves Maneschy (Membro Titular)
Examinadora Externa – FCS/IFCH/UFPA

Prof. Dr. Heribert Schmitz
Examinador Externo – FCS/IFCH/UFPA

Prof. Dr. Aquiles Simões (Suplente)
Examinador Externo – MAFDS/NCADR/UFPA

Às famílias do Assentamento 1º de
Março em São João do Araguaia, Pará,
minha gratidão por nada deixar-me faltar
no caminho do conhecer.

AGRADECIMENTOS

À Deus por sua fidelidade em todos os momentos e por sempre mostrar-me que, acima de todas as coisas, Ele é fiel àqueles que o buscam na alegria, na dor, na bonança.

À Vicência Melo, guerreira, castelo forte, que usa a sabedoria passada de geração em geração para educar os filhos, netos, bisneto e sempre ter uma palavra que alimenta o coração da filha que saiu tão cedo do seio familiar em busca de aprimoramentos e se arrisca em terras estranhas. De todas as lágrimas, a última é de alegria a cada conquista que ela me permite ter longe de sua sombra materna, mas perto em pensamento, orações.

Aos meus irmãos biológicos espalhados nas regiões norte e sudeste do Brasil por contribuírem com ensinamentos de que mais vale esperar o momento certo, do que lutar contra as forças contrárias que o sistema capitalista apresenta.

Aos sobrinhos do mais velho ao mascote, João Gabriel, por mostrarem, em “pequenos” grandes gestos, a alegria de viver.

Ao orientador Samuel Sá, grande amigo, que ouve com o coração de um pai, acolhe, recolhe e constrói junto com o outro, a sabedoria, a arte de ensinar com humildade e amor.

À Cristina Maneschy que acompanha sempre os degraus que conquisto na arte do conhecer sem medo.

Aos amigos Ida Lenir Gonçalves, Soler Neto, Dulcilene Castro e Geraldo Dias, que sabem construir mesmo com todas as nuances que a vida apresenta, a arte de cativar.

Aos colegas do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal do Pará que aos poucos incham o coração de amigos que cativo a cada manhã, na troca de saberes a partir de suas formações.

Aos parceiros da Faculdade de Medicina Veterinária, Campus de Castanhal, da Universidade Federal do Pará, pela compreensão da ausência nos momentos de reunião, troca de conhecimentos no aprimoramento de ser educador. Em especial, ao

amigo Stefano Andrade sempre presente nas horas de dor, alegria. Suas palavras soam como a brisa e acalentam o coração da pessoa que chora e o procura. Razão e sensibilidade na hora e medida certa complementam sua doçura de ser, ser humano.

À Vera Fadul, bibliotecária do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará, pela confiança nos empréstimos de livros fora do sistema formal.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará e das disciplinas optativas, Heribert Schmitz, Rosa Acevedo, Osvaldo Kato por conduzirem a prática do ensino com lupas e olhar de águia e propiciarem o vôo discente.

Aos colaboradores da bolsa de pesquisa através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, muito obrigado pelo recurso durante os dois anos de mestrado.

À Bernadete ten Caten, à época Superintendente Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, pela confiança, liberação do serviço antes do término do contrato em Marabá e apresentação da carta para o mestrado.

Às servidoras da Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária em Marabá, Najomary Vasconcelos e Carmélia Silva pelo auxílio de documentos e mapas para a realização do estudo.

Ao coordenador e à técnica da Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Sul e Sudeste do Estado do Pará, Parazinho e Simone Nogueira por contribuírem na composição das peças do mosaico em construção por garantia de um mundo rural melhor e com qualidade de vida.

À todas as famílias que contribuíram e acolheram o propósito de juntos interpretarmos os significados do crédito rural no Assentamento 1º de Março, em São do Araguaia no Estado do Pará, o meu muito obrigado.

Aqui nada deu certo. A assistência era muito devagá. Não prestava atenção pra gente. Aí a gente, marinho de primeira viagem não sabia nada: aí quebrou a cara. Era tudo de grupo coletivo. Aí resolveram nas reunião: muitas coisa dizia que mandava, mais nunca chegou nas nossa mão. Nesse tempo era tudo coletivo, grupo de 7 pessoa. Era tudo no meu lote. Foi feito as casa dos porco, as pocilda [pocilgas]. As da galinha foi só começado as casa e não foi acabado de fazê. Um dia era de um, outro dia era de outro. Era combinado. Nunca ficava só

(Jasmim, 57 anos).

RESUMO

Um delineamento histórico sobre a agricultura familiar a partir do crédito PRONAF “A” apresenta facetas em suas formas de atuar na terra, rastro das políticas públicas pela ação do Estado, no Sudeste do Pará. Significados revelam interpretações do poder sobre diferenças entre atores do saber local num jogo de interesses entre as representações das famílias e dos mediadores do desenvolvimento rural. As relações sociais informais mudam com as práticas que permitem garantir a sobrevivência, onde a informação é o “segredo do sucesso” e/ou insucesso do investimento nas atividades de produção, de criação de animais e de plantio. As experiências com contrato formal em grupo ou individual trazem à tona a insegurança, distorções de responsabilidade entre os atores sociais, no compromisso no grupo de trabalho das atividades financiadas realizadas em lotes distintos, no rodízio e registro em caderno, na falta de clareza na obtenção do recurso com participação da assistência técnica e consequência de inadimplência com significados de “nome sujo”, “medo de perder” a terra. A empiria da pesquisa é o Assentamento 1º de Março, no Município de São João do Araguaia, que tem capacidade para 350 famílias, destas 35 compõem as entrevistas semi-diretivas em lote, na residência da vila, na associação, na cooperativa, na escola durante dois anos. Visitas à órgão de reforma agrária, prestadoras de serviços em Marabá completam o relato da viagem para compreender os significados do PRONAF “A” para famílias beneficiadas nesse local. Antíteses são elaboradas sobre as mudanças no comportamento derivados da aceitação ou não das práticas relativas dos significados dos diferentes atores entre os indivíduos que buscam sobreviver em terra marcada pelo uso da propriedade privada, reflexo do processo de ocupação com incentivos fiscais e de latifúndio com mão-de-obra assalariada.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Crédito rural. Significados. Interpretações. Relações sociais. Poder. Família. Assentamento rural. Reforma agrária.

ABSTRACT

This study deals with historical aspects concerned to family agricultural projects linked to public policies in the southeastern part of the State of Para (Brazil). Its main point is the search for contracts between meanings presented either by government officials, intermediary brokers (for project) and planning and local family agricultural workers. Its main focus is “Assentamento 1^o de Março”: its basic data comes from 10% informants from the total 350 participants of the group. Analysis from behavioral changes which follow understanding and/or resistance do the frame of reference rooted on old and new meanings.

Key-words: Family agricultural. Rural credit. Meanings. Interpretations. Socials relations. Power. Family. Rural dwelling space. Agrarian reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Desenho	1	Acampamento e politização das famílias na Fazenda São Tomé	23
Quadro	1	Perfil das famílias no Assentamento 1º de Março, em São João do Araguaia, Pará	25
Fotografia	1	Resíduos do PRONAF “A” coletivo, no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	27
Desenho	2	Croqui da Agrovila do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	30
Quadro	2	Formas de Associativismo no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	32
Quadro	3	Estado de origem das famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará, 2008 (adaptado)	39
Gráfico	1	Estado de origem das famílias beneficiadas com o PRONAF “A” do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	40
Mapa	1	Localização do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	43
Mapa	2	Localização de lotes do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	44
Fotografia	2	Agrovila do Assentamento 1º de Março	48
Gráfico	2	Nível escolar das famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	49
Fotografia	3	Reunião de organização do aniversário do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	51
Quadro	4	Tipologia de situações dependentes dos significados vividos para famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	67
Quadro	5	Tipologias do PRONAF “A” e atividades financiadas para as famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	69
Desenho	3	Lote no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	72
Quadro	6	Motivos apresentados pelas famílias do Assentamento 1º de Março, em São João do Araguaia, Pará	75
Fluxograma	1	Círculo de interrelações das famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará	77

LISTA DE SIGLAS

Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores do Assentamento 1º de Março	APROCTRAM
Associação Estadual de Cooperação Agrícola	AESCA
Associação Nacional de Cooperação Agrícola	ANCA
Banco da Amazônia	BA
Banco do Brasil	BB
Cadastro de Pessoa Física	CPF
Centrais Elétricas do Pará	CELPA
Comissão Pastoral da Terra	CPT
Companhia Vale do Rio Doce	CVRD
Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil	CONCRAB
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	CEDRS
Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Sul e Sudeste do Estado do Pará	COOMARSP
Educação de Jovens e Adultos	EJA
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA
Federação dos Trabalhadores na Agricultura	FETAGRI
Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura	FETRAF
Fundo Constitucional do Norte	FNO
Grupo Estadual de Execução da Política Agrícola para a Reforma Agrária	GERA
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA
João Vasconcelos Alves	JVA Rural
Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins	LASAT
Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável	MAFDS
Ministério do Desenvolvimento Agrário	MDA
Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra	MST
Norma Operacional Básica de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária	NOB
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural	NCADR
Núcleo de Famílias	NF
Núcleos de Base	NB
Organização das Nações Unidas para a Alimentação	FAO
Organizações Não Governamentais	ONG's
Plano de Desenvolvimento do Assentamento	PDA
Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária	PROCERA
Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar	PRONAF
Projetos de Assentamento	PA's
Registro de Identidade	RI
Relação de Beneficiários	RB
Secretaria de Agricultura Familiar	SAF
Sistema Cooperativista dos Assentados	SCA
Sistema de Informações de Projetos Reforma Agrária	SIPRA
Superintendência Regional de Marabá	SR-27

Tocantins
Universidade Federal do Pará

TO
UFPA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. GÊNESE DO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO: O CADASTRO DE FAMÍLIAS	22
2.1 CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ORGANISMOS SOCIAIS NO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ	29
3. OCUPAÇÃO NO SUDESTE DO PARÁ E O LOCAL DE ESTUDO	36
3.1 – LOCALIZAÇÃO E DIVISÃO DA TERRA: O ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO	42
3.2 – INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ	47
4. CRÉDITO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: PRONAF “A” INDIVIDUAL OU GRUPO?	53
5. SIGNIFICADOS DO PRONAF “A” PARA FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO	61
6. INTERPRETAÇÃO DOS SIGNIFICADOS DO PRONAF “A”, A PARTIR DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO	71
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS	88
A – Ofício Circular/INCRA/SR-27/GAB/N. 2105/05 de 15/09/2005	89
B – Portaria N.181 de 29/04/1998 (Compra e Venda de Imóvel Fazenda São Tomé)	90
C – Levantamento de Campo (JVA)	91
D – Laudo Técnico (COOMARSP)	92
E – Laudo Técnico (COOMARSP)	93
F – Ofício COOMARSP	94
G – Laudo de Vistoria COOMARSP	95
H – Plano de Liberação de Recurso PRONAF “A” (COOMARSP)	96
I – Nota de Crédito Rural (JVA RURAL)	97

1. INTRODUÇÃO

A partir da experiência como extensionista do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na Superintendência Regional de Marabá (INCRA/SR-27) no período de 2003 a 2006, surge o meu interesse na compreensão dos significados do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar¹ (PRONAF) criado em 1996, para famílias² assentadas em área com pastagem, próxima à Rodovia Transamazônica nas adjacências de municípios como São Domingos do Araguaia, Marabá locais de compra, venda e troca de produtos que as relações sociais asseguraram para a reprodução da força de trabalho familiar.

Nesse estágio de extensão visitei assentamentos localizados na região Sul e Sudeste do Pará, com o objetivo de avaliar serviços de assistência técnica³ prestados às famílias em suas atividades produtivas e o uso do crédito rural PRONAF “A”⁴. Assim, na propriedade familiar os significados aparecem como um sensor, que reage através da intenção do sujeito e de seus atos pela percepção, pelo comportamento nas relações com espaço-temporal (THINÈS; LEMPEREUR, 1984) e pela posição social dos diferentes atores envolvidos. Dentre os projetos de assentamento (PA's)⁵ visitados, o 1º de Março localizado no Município de São João do Araguaia, despertou interesse pelo tempo gasto nas negociações com os representantes do órgão responsável pela reforma agrária, e as mobilizações das famílias para compor o grupo dos sem-terra.

¹ A agricultura familiar é entendida como uma atividade, onde os componentes familiares são responsáveis pela maior parte da força de trabalho despendida no estabelecimento agrícola (Wanderley, 1999).

² Ao me referir sobre famílias ou agricultores familiares considero aqueles que vivem do seu trabalho nas atividades agrícolas (NEVES, 2006, p. 11 citando BERGAMASCO, WANDERLEY, 1995, p. 3). Para Neves (2006, p. 19) eles se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; são os usuários e atores da constituição de novos arranjos institucionais, capazes de promover, de fato e da perspectiva dos objetivos que os irmanam politicamente, o enquadramento legal e institucional.

³ O uso do termo remete-se a prestadoras de serviços, sendo organizações formadas por profissionais que executam serviços nas áreas de projetos de assentamento, a partir de contratos de prestação de serviços firmados com o INCRA e as organizações representativas dos trabalhadores rurais.

⁴ É o primeiro crédito para assentados da reforma agrária destinado à estruturação de suas unidades produtivas (MDA, 2004-2005).

⁵ Projeto de Assentamento é uma unidade populacional que reúne um determinado número de pessoas numa dada extensão de terra, na qual passam a desenvolver as atividades necessárias à sua reprodução vinculadas à agricultura e à pecuária (SILVA, 2004, p. 42).

A escolha sobre o estudo do crédito PRONAF “A” visa entender os significados das construções do grupo familiar em consequência de sua decisão de responder à oferta de financiamento e crédito para desenvolver seu projeto de vida. O conjunto das disciplinas cursadas na condição de aluna do Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, no Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (MAFDS/NCADR/UFGPA) contribui para a interpretação desses significados, entre elas, destaco: Inovações Tecnológicas para a Agricultura Familiar e Agricultura Familiar Abordagens Múltiplas – Políticas Públicas, com abordagens de autores que trabalham a questão do crédito rural⁶, agricultura familiar (COSTA, 2005; TURA, 2000; WANDERLEY, 1999; SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004), e subsídios para a análise dos relatos das famílias a partir de suas realidades. Isto se faz, com a coleta de sua história de vida (BECKER, 1994), em etapas que abranjam e garantam o que se quer conhecer sobre o fato ou acontecimento onde o real se ajusta a outros fatores em que a interpretação dos atores seja apresentada honestamente. Assim, estes atores orientados sobre temas acerca do crédito PRONAF “A” foram questionados sobre acontecimentos onde o fazer da história contada exige aprofundamentos com base em registros oficiais (Anexo A) e materiais (Anexo B) fornecidos por outras pessoas familiarizadas com as famílias beneficiárias do investimento, garantia do cumprimento das regras do jogo.

As características encontradas na realidade das diferentes pessoas têm uma base teórica, em Marx (1993) pela constituição das relações humanas que transforma a natureza na busca de manter e garantir as satisfações das necessidades básicas da família. Essas relações se moldam em estruturas formais e informais (MAGALHÃES, 2002; MONTEIRO, 2004), numa teia de valores sobre a lógica do capital em que o poder do saber de formação e informação (FREIRE, 1997; EMMI, 1988) impera no jogo de interesses. Logo, o estudo sobre o PRONAF “A” dá seqüência à perspectiva aludida sobre o valor da história própria dos indivíduos, pois atribui importância às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência anterior como

⁶ O crédito rural é oriundo de políticas públicas para o campo, um conjunto de medidas que visa apoiar a agricultura familiar, e inclui mecanismos de créditos para a produção agrícola, infraestrutura e capacitação (MUCHAGATA *et al.*, 2003, p. 2).

explicação para o seu comportamento atual. Assim, para compreender esse comportamento, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, como pensava sobre as alternativas que via se abrirem para si. Isto corrobora para entender os efeitos das estruturas de oportunidade, das subculturas e das normas sociais evocadas para explicar o comportamento a partir do ponto de vista dos atores.

Nestas condições, as experiências oriundas das ações do Estado implantadas com apoio de pesquisas, em pacotes técnicos verticais tiveram problemas (MUCHAGATA *et al.*, 2003; LEITE *et al.*, 2004; COSTA, 2000) tanto no retorno do investimento aos agentes financeiros, como para as famílias; houve atrasos na liberação de recurso fora do calendário agrícola, no plantio de mudas (coco, pimenta-do-reino, café, banana, cupuaçu) ocorridos no Fundo Constitucional do Norte (FNO), Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA⁷) e ainda existentes com o PRONAF. Apesar disso, observa Peixoto (2004), as famílias recorrem ao crédito e desenvolvem estratégias de aplicar o recurso do investimento de maneira mais eficaz, nem sempre correspondendo ao plano de financiamento. E nem sempre aplicar o recurso conforme o plano significou – esta e muitas vezes a estratégia mais correta.

O PRONAF “A” foi implantado no Assentamento 1º de Março, num primeiro momento com a formação de grupos de famílias, entre 10 a 15 pessoas, em 2000, constituindo o PRONAF “A” grupo, sobre a visão do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Depois, com a liberação do financiamento para implantação de atividades produtivas, na forma individual em 2003, há experiências diferentes numa mesma comunidade, mas a pecuária leiteira é a principal atividade desse programa. Nesses períodos, a falta de experiência com trabalho coletivo gera divergências entre os componentes do grupo na implantação de projetos coletivos de orientação do movimento, e resulta em frustração. A partir disto, famílias dissidentes do MST buscam orientação com a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETRAF) e os técnicos passam a elaborar projeto com financiamento individual. Desta forma, quais são os significados do investimento do PRONAF “A” grupo ou individual para as

⁷ O programa destinava financiar créditos de investimento e custeio às atividades agropecuárias exclusivamente para beneficiários de reforma agrária. Foi substituído pelo PRONAF “A” (INTINI, 2004, p. 142).

famílias? O que as motivou a recorrer ao PRONAF “A”? Este fato remete às formas de organização⁸ sócio-profissional que direcionam os significados do PRONAF “A”. Como hipótese, o crédito coletivo não contemplava os interesses e projetos particulares das famílias, para que os objetivos fossem motivados para uma gestão de recursos conforme o projeto destas. Assim, a questão do crédito PRONAF “A” se deslocaria da formatação técnica e na prática repousaria nas relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si. As reflexões levam à descoberta da relevância em ouvir os atores desse processo, e suscitam as perguntas do estudo.

O objetivo geral deste estudo é compreender os significados do PRONAF “A” para famílias do Assentamento 1º de Março em São do Araguaia no Estado do Pará, no período de 2000 a 2002. Como objetivos específicos, procuramos identificar famílias beneficiárias do PRONAF “A” grupo e individual, e outras que não obtém crédito; por último, observar e analisar em que as formas de organização influenciaram para as significações do PRONAF “A”.

A imersão na realidade do outro, - sujeito estranho e com saberes adquiridos com a prática de suas atividades ao longo da trajetória de vida, antes de estar no assentamento, - define a razão da área de estudo e também as redes criadas no - exercício profissional no Sul e Sudeste do Pará que se impôs pela oportunidade possível de contato com os técnicos das prestadoras de serviços e famílias do Assentamento 1º de Março, mesmo depois do término do contrato como extensionista com o INCRA-SR-27 em Marabá em 2006. Segundo Cicourel (1980, p. 87), as atividades anteriores do pesquisador exercem um papel crucial na obtenção dos dados, visto como um método para pesquisa. Logo, é no vivido dos significados (MARTINS, 2000, p. 63) que há a sustentação das relações sociais e isso se traduz na fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos, nos momentos de criação onde a reprodução social é ampliada pelas contradições sociais na repetição do

⁸ A organização social envolve setores da sociedade civil (organizações de trabalhadores, organismos públicos e organizações não-governamentais) com o atributo de discutir e incorporar os mecanismos existentes, como o crédito PRONAF “A”, na implementação de uma política fundiária, mas colocando-os sob um programa unificado, junto com a participação dos governos federal, estadual e municipal e a sociedade civil (MUCHAGATA *et al.*, 2003, p. 2).

velho e criação do novo como produto da história dos homens pelo fato de ser criador e criatura de si mesmo.

O contato inicial ocorreu na visita ao Assentamento 1º de Março em agosto de 2005 para monitorar o serviço de assistência técnica pela Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Sul e Sudeste do Estado do Pará (COOMARSP) e, verificar se atendia as diretrizes da Norma Operacional Básica de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (NOB 34/2004), quanto à composição do quadro técnico e a infraestrutura de equipamentos e serviços disponíveis à equipe para acompanhar as famílias assentadas em suas atividades com o crédito PRONAF “A”.

Num segundo momento, fiz contato extra-oficial no escritório da prestadora de serviços COOMARSP com o coordenador, conhecido como Parazinho, para criar confiança e facilitar o acesso a documentos como, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento⁹ (PDA), cédulas rurais¹⁰ e, também a pesquisa de campo. Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2001, p. 160), o conhecimento da hierarquia que rege o campo a ser pesquisado, com a ajuda de alguém dentro do sistema são elementos facilitadores da entrada no campo. A partir de 2006, o contato continua, mas na qualidade de mestranda com visitas seguidas à Marabá, nos ambientes em que circulam os demais atores envolvidos com o crédito rural e na questão da terra. Noutros momentos em Belém (2007), recebi visitas, em casa, de assentados; entrevistei pessoas em eventos de mobilização (Marcha das Margaridas e Mulheres do Campo), curso de capacitação na área de saúde, no Instituto Evandro Chagas, assim como, realizei telefonemas junto à outra prestadora de serviço, contatos com o proprietário da empresa João Vasconcelos Alves Rural (JVA Rural), Senhor João Vasconcelos no escritório em Marabá, além de faxes, e-mails para pessoas junto ao INCRA/SR-27, esses contatos foram essenciais para firmar as relações e garantir o estudo. Em janeiro

⁹ O Plano de Desenvolvimento do Assentamento é elaborado por técnicos com a participação das famílias assentadas. Expressa a vontade e a capacidade das famílias assentadas às ações a serem implementadas para aproveitamento das oportunidades de negócios, dos recursos e programas públicos (MDA, 2001).

¹⁰ Cédula rural é um documento que descreve o projeto com detalhes as formas de investimento, pagamento e orçamento. Segundo Mourão (2000, p. 154), esta descrição nem sempre é feita de forma clara, tornando-se difícil o entendimento às famílias beneficiadas.

de 2008 fiz uma viagem de trinta dias para conhecer e entender os objetivos e os critérios pelos quais as famílias participaram do processo de implantação do PRONAF “A” no Assentamento 1º de Março em São João Araguaia.

Nesse período de janeiro, também visitei os escritórios das prestadoras de serviços JVA Rural e COOMARSP em Marabá, para contatar com técnicos e obter documentos (Anexos de “C” a “I”) inerentes a levantamento de campo para fins de elaboração de projeto, laudo técnico para investir em pecuária leiteira, ofício para liberar recursos da linha de crédito PRONAF “A”, laudo de vistoria técnica em lote de beneficiário, plano de liberação de crédito e, nota de crédito rural do Banco da Amazônia para família. A conversa e observação junto a esses documentos possibilitou conhecer como é a relação entre os técnicos e seus clientes, com evidências de base técnica e extensionista.

Atributos como saber ouvir e agir de modo amável e, confiável nos momentos da pesquisa são elementos para a compreensão dos significados vinculados ao contexto das famílias assentadas. Assim, o estudo de caso reúne informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas para coletar (RUDIO, 1986, p. 10) tudo que existe e pode ser conhecido através da experiência e conhecimento por parte de quem é transmitido, os sentidos e a consciência dos fatos observados.

O uso da entrevista semi-diretiva¹¹ através de formulário com apoio de gravador a partir da autorização do informante, permite uma avaliação problema e capta informações não previstas no roteiro. Assim, o uso de codinomes e omissão do número do lote se faz necessária pela confiança estabelecida entre a pesquisadora e as famílias.

Nessa fase da pesquisa de campo, segundo Chizzotti (1998, p. 11) o pesquisador confronta-se com todas as forças da natureza e de si próprio, arregimenta todas as energias da sua capacidade criadora, organiza todas as possibilidades da sua ação e seleciona as técnicas e instrumentos. Assim, fez-se uso de desenhos na

¹¹ A entrevista ocorreu às vezes com o casal, obedecendo a disponibilidade e também o momento da visita. Nesse caso, priorizava-se a fala do (da) responsável pelo contrato com o agente financeiro, ou seja, com o banco.

compreensão dos relatos de vida, forma de uso do sistema agrícola para interpretar os significados do PRONAF “A”, constituindo 35 informantes do universo de 350 famílias. Entre os entrevistados, há 12 (doze) mulheres e 23 (vinte e três) homens. Destes, um homem mora fora do assentamento e reside, no Município de São Domingos do Araguaia, confia o “cuidado” do seu lote para outra pessoa, visitando-o esporadicamente. Entre os demais homens, dois são representantes de instituições distintas, no cargo de presidente, um da associação e o outro da cooperativa. Ou seja, prevalece na pesquisa (34 entrevistados), equilíbrio entre morar e trabalhar no lote (17 famílias), assim como, ir ao lote todos os dias e morar na vila (17), caso específico para as famílias que têm filhos em idade escolar e com localização do lote acima de cinco quilômetros de distância da vila.

A caracterização das famílias compreende em média a idade de 47 anos, sendo que as mulheres representam 34,29% e os homens 65,71% dessa variável. Em relação a variável estado civil, prevalecem no universo da amostra, mais mulheres casadas do que homens solteiros. Quanto a participação, a maioria dos informantes (34), procura a associação quando há necessidade, como para questões com o PRONAF.

Outro aspecto metodológico refere-se à participação dos diferentes atores implicados na área de estudo. Por ser um processo construído com agricultores e lideranças, com técnicos e líderes dos assentamentos, e com outras instituições como os Bancos do Brasil e Amazônia (BB e BA), e mais o INCRA/SR-27, estes foram informantes-chave da observação no acesso aos acervos para análise de ofícios, mapas, laudos técnicos e para compreensão das relações entre o assunto da pesquisa (RUDIO, 1986, p. 39) e a teoria.

A coleta, análise de dados e informações compreendem os períodos de 2000 a 2002, época dos financiamentos. Esse período se justifica pelo tempo entre a implantação da atividade com o investimento do PRONAF e o prazo de carência para iniciar o pagamento das parcelas do financiamento. Logo, as famílias envolvidas nesse período com o recurso estão no prazo para pagar o crédito. Os dados quantitativos foram coligidos e tabulados no programa Microsoft Excel e os qualitativos digitados no Microsoft Word, fontes de compreensão e comparação para os dados numéricos.

Há limitações quanto ao uso da pesquisa qualitativa por não haver regras e passos precisos a serem seguidos para coleta de dados e, a reflexão teórica resultarem margem, para o pesquisador modelar os dados que coleta (GOLDENBERG, 1997), mas este estudo parte do contexto do lugar onde estão inseridas as famílias e a partir das situações vivenciadas por elas. Neste caso, as informações quantitativas são recursos complementares para sistematização e busca dos significados objetivados.

A busca dos significados a partir das famílias em seus sistemas de produção, lugar de produção e consumo, reúne registros desde o apoio do presidente da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores do Assentamento 1^o de Março (APROCTRAM), na cessão de infraestrutura física (escritório da COOMARSP, local que abriga os técnicos no Assentamento 1^o de Março), automobilística e recursos humanos, como acompanhante na residência à noite, um guia¹², durante as idas e vindas dos lotes em suas distintas vicinais, casas na vila. Juntos usamos moto e as nossas pernas neste percurso.

Visitas foram feitas em Marabá, aos escritórios das prestadoras de serviço COOMARSP e JVA Rural¹³, Superintendência do INCRA, Campus da Universidade Federal do Pará, Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT) com o propósito de ter conhecimentos a partir da visão do outro, para interpretá-los a seguir.

A sistematização do trabalho resultou em cinco capítulos constituídos pelo saber ouvir, pesquisar e interpretar as nuances apresentadas ao longo da viagem conectada entre os atores locais.

O primeiro capítulo enfatiza momentos do garimpo, retrato da forma de ocupação da região sudeste e que se aliam com a criação das instituições sociais pela luta da terra, acesso ao crédito refletidos em ações que marcam o estar no lugar que outrora

¹² O guia é um jovem adulto, filho de assentado, e o mesmo está no cargo de tesoureiro efetivo da APROCTRAM. Na gestão anterior ele era secretário da associação.

¹³ Esta prestadora de serviços técnicos recebe as famílias no escritório local de Marabá, indo ao Assentamento 1^o de Março quando de coleta de dados das pessoas para elaborar projetos. Isto se restringe a informações de dados pessoais, seguida de cópia de documentos das famílias para o arquivo a ser apresentado ao Banco da Amazônia.

fora fazenda e, hoje se encontra dividido em lotes à margem da Rodovia Transamazônica, vicinais limite com outros assentamentos.

O segundo capítulo, através do olhar sobre a história da região sudeste do Pará, apresenta as transformações nos sistemas produtivo, a partir das contradições no sistema capitalista sob a égide das ações do Estado.

A seqüência dos fatos sociais sobre a natureza está presente no terceiro capítulo através da questão do crédito PRONAF “A” na forma individual ou grupo junto às famílias do Assentamento 1º de Março no Município de São João do Araguaia, sudeste paraense.

Assim, o quarto capítulo a partir da história da constituição humana busca os significados inerentes ao investimento junto à unidade familiar. O quinto capítulo a partir dos significados interpreta-os com base no saber local. Logo, a conclusão compõe o mosaico de considerações que a viagem de dois anos de estudo permitiu.

2. GÊNESE DO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO: O CADASTRO DE FAMÍLIAS

Cedi espaço na minha casa em Marabá para 3 jovens militantes, para cadastramento de famílias para se ter noção de quantas pessoas têm. Pessoas que realmente precisam. Aí a gente pergunta para poder cadastrar: qual é a tua função? Quanto ganha? (Nena, 36 anos).

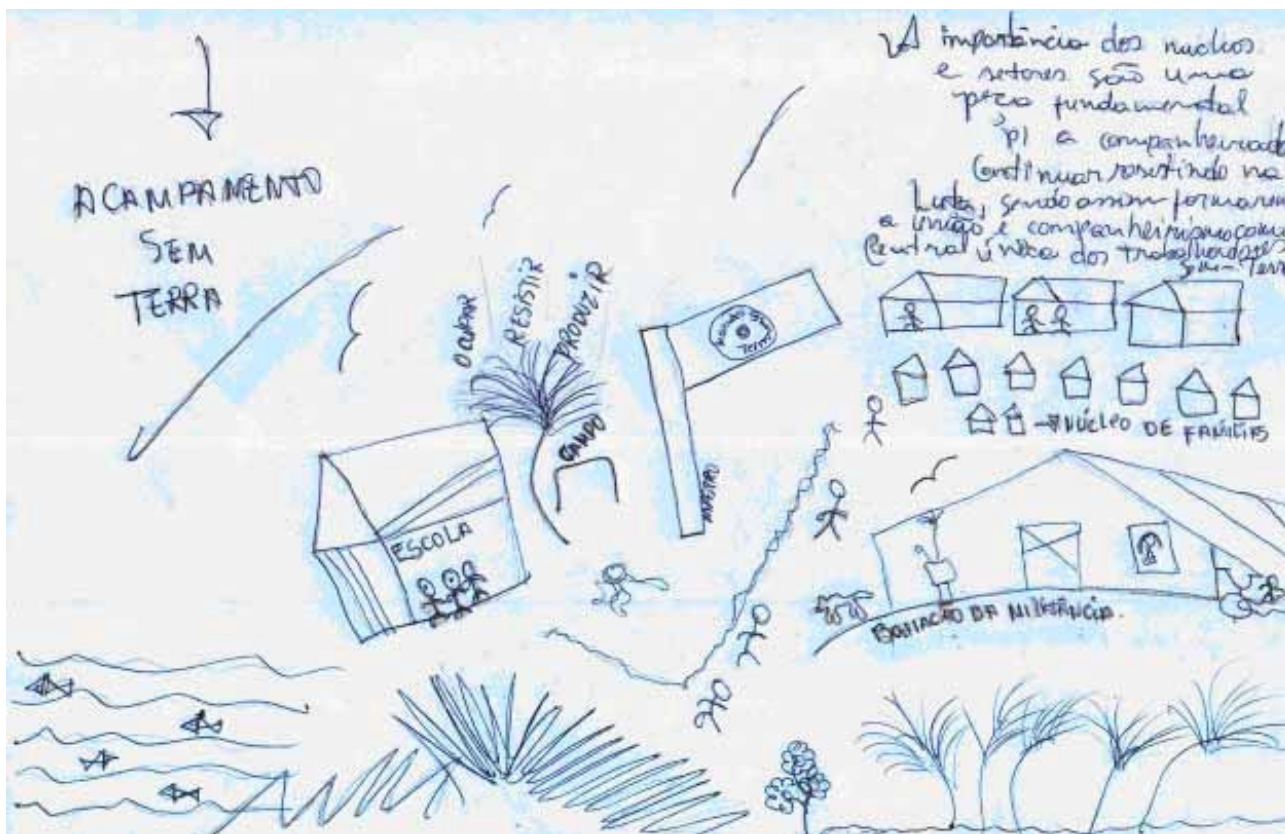
A luta pela terra com a organização do MST envolve pessoas de diferentes situações de vida: posseiro, sem-terra, pequenos produtores, atingidos por barragens, índios, operários, garimpeiros, filhos de agricultores, domésticas contra (GRZYBOWSKI, 1990, p. 52) as formas de integração na estrutura e no processo de desenvolvimento capitalista alusivo às formas de extração do sobretrabalho dessas pessoas no campo. O MST surge no Estado do Pará em 1990, na ocupação da Fazenda Ingá, área de incumbência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no Sul do Pará, em Conceição do Araguaia. A efetivação política do mesmo ocorre na segunda ocupação da Fazenda Rio Branco, no Município de Parauapebas, e se concretiza com o Assentamento Palmares, no Sudeste do Estado (ABE, 2004, p. 20-21; MONTEIRO, 2004, p. 12-13). Entre estas experiências de ocupação de toda área passível desta ação e que não está cumprindo sua “função social”, como define a Constituição brasileira, encontra-se o Assentamento 1º de Março que apresenta problemas organizacionais em sua gênese pelos Núcleos de Base¹⁴ (NB) ou Núcleo de Famílias (NF), os quais almejavam realizar atividades de produção coletiva e familiar desde os momentos de acampamento e/ou ocupação na área do INCRA/SR-27 em Marabá. Assim, no dia 17 dezembro de 1996 na Agrópolis dessa instituição, acamparam em torno de 900 famílias, coordenadas pelo MST no Sudeste do Pará, (FREIRE *et al.*, 2006, p. 10) com apoio da Diocese de Marabá via Pastoral da Criança, e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Antes do acampamento, militantes do MST como menciona Nena em seu depoimento, percorriam em bairros periféricos em Marabá para cadastrar famílias. A

¹⁴ Núcleo base é uma forma de organização onde as famílias são organizadas em grupos de 10 pessoas no máximo. Nesse grupo, as famílias organizam-se em equipes de trabalho num processo pedagógico considerado como uma construção do futuro assentamento, logo, inicia no acampamento.

partir do perfil e interesse dos cadastrados, as famílias dirigiam-se ao local e hora marcada pelos militantes do movimento para acamparem na Agrópolis do INCRA/SR-27 e então tomar parte do processo disciplinar e organizacional do MST.

Nesse acampamento, estes trabalhadores foram organizados em 15 grupos de 60 famílias conforme a ordem do cadastro feito por militantes do movimento. Mas como nada se resolvia, esses trabalhadores sem-terra decidiram iniciar uma marcha a pé e em fileiras, cantando “este é o nosso país, esta é a nossa bandeira. É por amor a esta Pátria-Brasil que a gente segue em fileira”¹⁵, por dentro da mata, a noite, até uma área limite da Fazenda São Tomé, conhecida como PASTORIZA, no lote do Senhor Raimundo Nonato Gomes, conhecido como Nonato do Araras, no Assentamento Araras. E em 1º de março de 1997 ocuparam a Fazenda São Tomé simbolizando o trunfo da luta pela terra (Desenho 1).



Desenho 1: Acampamento e politização das famílias na Fazenda São Tomé.
Fonte: Adriana Silva, militante do MST, Pará, janeiro de 2008.

¹⁵ Esta é uma canção Ordem e Progresso, feita por Zé Pinto (José Pinto de Lima), um dos cantadores populares do MST, e é uma expressão simbólica própria do momento: o acampamento. Ver CALDART, 2004, p. 156.

Neste período inicia-se o processo de negociações entre o INCRA e o proprietário do imóvel ocupado e também o preparo de canteiros pelos acampados para produção de hortaliças (cebolinha, coentro, alface, couve) e de lavoura branca (cultura de arroz, milho, mandioca e feijão), como refere o Estatuto da Terra (LEI 4.504 de 30 de novembro de 1964), em seu Artigo 1º, Parágrafo 1º, quanto à reforma agrária. As medidas visam promover a melhor distribuição de terra com modificações em seu regime de posse e uso, com a finalidade de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produção.

Durante esse processo de negociações e atividades de produção coletiva, antes do INCRA realizar a negociação da Fazenda São Tomé, os acampados em 19 de dezembro de 1997 organizaram-se com a criação da APROCTRAM, (FREIRE *et al.*, 2006, p. 11). Mas, em 15 de junho de 1998 com a publicação da Portaria do INCRA/SR-27, Nº 041 de 15 de junho de 1998, constitui-se o Assentamento 1º de Março, com capacidade para 350 famílias constituídas de pai, mãe e filhos, filhos de agricultores. Entres as 35 famílias entrevistadas, apenas uma tem pai agricultor que também trabalhou em garimpo. Destas, 10 homens também tiveram experiência em garimpo, e em outras atividades como, comércio, firma de construção civil, trabalho braçal, pesca artesanal (Quadro 1). Entre as mulheres, quatro atuaram como doméstica, em casa de estranhos.

Família	Nome	Idade	Atividades desenvolvidas antes do Assentamento 1º de Março	Atividade dos pais
1	Flor	57	Doméstica	Agricultores
2	Pérola	55	Agricultora	Lavradores
3	Mário	65	Gerente de fazenda	Agricultores
4	Jasmim	57	Agricultora	Agricultores
5	Pedro	57	Agricultor	Lavradores
6	João	33	Agricultor, frentista de posto de gasolina	Agricultores
7	Bosco	62	Garimpeiro, agricultor	Agricultores
8	Nena	36	Servente de escola municipal, doméstica	Agricultores
9	Simão	60	Agricultor, motorista, garimpeiro Serra Pelada, comerciante	Agricultores
10	Elias	50	Carvoeiro, vaqueiro, vendedor de autopeças, agricultor, cortador de lenha para frigorífico	Agricultores
11	Salomão	44	Garimpeiro, construtor de túnel para minério (CVRD), marceneiro	Agricultores
12	Sebastião	44	Agricultor, garimpeiro, serreiro	Lavradores
13	Floripa	35	Doméstica	Agricultores
14	Vitor	62	Garimpeiro, padeiro, agricultor, braçal de empreiteira (roço)	Agricultores
15	Petúnia	32	Agricultora	Agricultores
16	Diego	49	Lavrador, vaqueiro	Agricultores
17	Elton	47	Garimpeiro, agricultor	Agricultores
18	Cleiton	53	Agricultor, garimpeiro	Agricultores
19	Ágatha	62	Agricultora	Agricultores
20	Cleber	58	Agricultor, braçal (juquirá)	Agricultores
21	Amálio	53	Agricultor, operário (COSIPAR), pedreiro	Agricultores
22	Eber	30	Pescador, operário	Agricultores, garimpeiro
23	Alaor	62	Garimpeiro	Agricultores
24	Dália	43	Agricultora	Agricultores
25	Cloris	39	Agricultora, doméstica	Agricultores
26	Fredson	54	Agricultor, garimpeiro	Agricultores
27	Edson	36	Professor (Zona Rural), frentista em posto de gasolina, vigia de escola municipal	Agricultores
28	Lauro	32	Serviço militar, professor de educação física	Agricultores
29	Ivan	52	Vendedor (ambulante), garimpeiro, agricultor	Agricultores
30	Violeta	54	Agricultora	Agricultores
31	Dário	23	Agricultor, braçal (juquirá)	Agricultores
32	Flora	32	Agricultora	Agricultores
33	Elena	56	Agricultora	Agricultores
34	Rosivan	34	Agricultor	Agricultores
35	Edivaldo	40	Comerciante, agricultor, motorista, músico (banda municipal)	Agricultores

Quadro 1: Perfil das famílias no Assentamento 1º de Março, em São João do Araguaia, Pará.

Fonte: Ducilene Melo da Silva, fevereiro de 2008.

Nesse contexto, as famílias vivenciaram seis (6) etapas e fases de luta pela terra até a consolidação do assentamento:

1 – Cadastro das famílias em Marabá seguido de acampamento na Agrópolis do INCRA/SR-27;

2 – Ocupação do INCRA/SR-27 para reivindicar e agilizar as negociações do imóvel;

3 – Marcha até o Assentamento Araras para acampar na divisa da Fazenda PASTORIZA e mobilizar a imprensa;

4 – Acampamento na Fazenda PASTORIZA para sensibilizar, pressionar e agilizar o processo de negociações;

5 – Divisão da terra em lotes;

6 – Consolidação das negociações: o Assentamento.

Após a consolidação do Assentamento, foi conseguido financiamento do Crédito Fomento em 1999, sendo adquiridos com este recurso ferramentas agrícolas (enxada, foice), alimentação e aquisição de gado leiteiro. No mesmo ano, as famílias assentadas e constantes na Relação de Benefícios (RB) e no Sistema de Informações de Projetos Reforma Agrária (SIPRA) começaram a construir suas casas na vila ou em seu lote pelo Crédito Habitação. E em março de 2000 assinaram o contrato de Crédito do PRONAF “A”, para financiamento de custeio e investimento agropecuário nas atividades de:

- pecuária leiteira;
- suinocultura de cria e engorda;
- avicultura de corte;
- piscicultura de engorda;

- implantação de cultura de cupuaçu; banana; café; coco da Bahia e pimenta-do-reino;
- custeio para arroz, milho e mandioca.



Fotografia 1: Resíduos do PRONAF “A” coletivo, no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.

Fonte: Ducilene Melo da Silva, janeiro de 2008.

Os projetos de investimentos agropecuários e de agricultura foram elaborados para aplicação em forma coletiva e grupal, e os contratos foram formalizados em cédulas rurais coletivas para as famílias que faziam parte do mesmo projeto. Nesse caso, as famílias escolhiam o lote entre os participantes do grupo para desenvolver a atividade (construção de açude, avicultura, suinocultura, piscicultura), como no lote do

Senhor Vitor (Fotografia 1). Em 2002 continua a liberação de contratos financiados do PRONAF “A” para custeio e investimento para a implantação da:

- pecuária leiteira (construção de cerca e represa, aquisição de matrizes, touros reprodutores, animais de serviço, vacinas, medicamentos e sal mineral);
- culturas de cupuaçu consorciado com mandioca, cupuaçu consorciado com açaí; açaí consorciado com mandioca;
- custeio para arroz consorciado com mandioca;
- aquisição de forno automático para beneficiar a mandioca;
- aquisição de motor diesel com grupo gerador.

Desde o ano de 2000 até 2002 os contratos financiados pelo Banco do Brasil eram em grupo de 5 a 10 pessoas, constituído por parentes, compadres e vizinhos¹⁶ numa “teia social” do lugar que pertencem. Porém, pela falta de experiência em administrar o recurso, trabalhar junto no lote de um dos parceiros, com atribuições e responsabilidades para dividir o produto final das atividades financiadas e honrar o compromisso com o agente financeiro, gerou indiferenças, endividamento e quebra do pacto entre os participantes do grupo que tinham o princípio de organização do MST. E em 2003 a linha de crédito PRONAF “A” passa a ser individual, mas mantém a carência de 3 anos e prazo de 10 anos para liquidação da dívida, assim como, o rebate de 45% do capital, para as parcelas das dívidas pagas no vencimento.

Com a abertura do crédito PRONAF “A” individual, as famílias em 2003 têm projetos financiados pelos Bancos do Brasil e da Amazônia para as atividades de:

- pecuária leiteira;
- cultura de açaí consorciado com cupuaçu;
- aquisição de equipamentos para casa de farinha;

¹⁶ Esses dados foram analisados a partir da consulta no Plano de Desenvolvimento do Assentamento e também nos contratos apresentados pelas famílias durante a pesquisa de campo.

- custeio para arroz e mandioca;
- custeio para culturas de banana e cupuaçu.

Essas informações registram a homogeneidade dos projetos elaborados para as famílias e também sua limitação nos dados que respaldam a capacidade de pagamento da dívida, o que pode acarretar divergências na hora de gerir as atividades e/ou recursos em suas formas de contrato, desde o agente financeiro até o representante da associação a que pertence estas famílias. Segundo Peixoto (2004, p. 407), a homogeneidade aparece na articulação de atividades recorrentes quando a limitação ocorre em relação à não adequação do financiamento às características específicas dos sistemas de produção. Isto significa prejuízo para as famílias pela pouca flexibilidade de utilização deste capital quanto às suas estratégias de aplicação.

2.1 CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ORGANISMOS SOCIAIS NO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ

Após a consolidação do imóvel, em assentamento rural, as famílias com base na estrutura organizacional do MST passam a construir o assentamento implantando as infraestruturas básicas como: escola, posto de saúde, moradias, igrejas; num espaço coletivo denominado “Agrovila” e considerado patrimônio coletivo pelas famílias assentadas. E também ocorre o corte e demarcação da terra em lotes individual com a participação dos servidores do INCRA/SR-27 na região (Desenho 2).



Desenho 2: Croqui da Agrovila do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.
 Fonte: Nena, assentada do PA 1º de Março, junho de 2006.

Entre as etapas e fases desde a inscrição (cadastro) de famílias para compor os Núcleos de Base, há momentos de politização pedagógica¹⁷ acerca da estrutura organizacional formal interna que se configura em entidades e organismos que assumem responsabilidades na implementação de ações econômica e social entre os membros do MST. A estrutura se configura nos seguintes organismos (MONTEIRO; 2004, p. 48-49) de apoio e capacitação:

- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB);
- Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA);
- Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA);
- Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

¹⁷ É nesse contexto que pode ser entendida as ações do MST e, perceber a importância dos componentes culturais que sua luta projetou em forma de identidade (CALDART, 2004, p. 157).

Entre as atribuições da CONCRAB que está ligada à SCA, cabe aos representantes, articular demandas e potencialidades da região para desenvolver socioeconomicamente as famílias assentadas. Congrega também, grupos coletivos em cooperativas de crédito, de produção agropecuária e de prestação de serviços, associações. Nessas ações, consideram o processo da cadeia produtiva desde o beneficiamento à comercialização dos produtos cultivados nos assentamentos, assim como, a assistência técnica.

O referido sistema é regido por princípios do cooperativismo, e das pessoas ligadas às ações cooperativas, entre eles:

- Gestão democrática;
- Neutralidade religiosa, racial e partidária;
- Direção coletiva; e
- Organização social em núcleos.

A ANCA responde juridicamente pelo MST, presta assessoria em caso de violência contra os trabalhadores rurais. Os representantes da ANCA, também apóiam e estimulam o desenvolvimento da organização social do Movimento e dos setores agrícola, educacional, de saúde, cultura, direitos sociais e humanos; assim como, apóiam experiências agroecológicas nos assentamentos, e propiciam informação e conhecimento às famílias assentadas.

Os representantes da AESCA atuam junto a pequenos agricultores e organizações ligadas aos projetos de reforma agrária, com o objetivo de desenvolver os setores agrícola e comunitário no âmbito das inovações tecnológicas, econômica e social das famílias atendidas.

Como forma de contribuir para a organização social do Assentamento 1º de Março foram criadas representações jurídicas com atividade produtiva de interesse coletivo e individual – associações -, e uma cooperativa voltada para a produção e

comercialização dos produtos, e estas seguem a orientação do movimento social que pertence (Quadro 2).

Organização Social	Nome Fantasia/ Fundação/ N^o Sócios	Movimento Social	Serviço Técnico
Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores do Assentamento 1 ^o de Março	APROCTRAM Fundada: 1997 N ^o Sócios: 124	MST	COOMARSP
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento 1 ^o de Março	ASPRAM Fundada: 2002 N ^o Sócios: 34	FETRAF	JVA RURAL
Associação dos Produtores Rurais do Grupo Virgulino	APROVIR (extinta) Fundada: ? N ^o Sócios:	-	-
Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento 1 ^o de Março	COOPERPRAM Fundada: 2003 N ^o Sócios: 200	FETRAF	JVA RURAL

Quadro 2: Formas de Associativismo no Assentamento 1^o de Março em São João do Araguaia, Pará.
Fonte: Ducilene Melo da Silva, fevereiro de 2008.

Essas associações surgiram a partir das experiências com o Crédito Fomento, PRONAF “A” e também no período de demarcação topográfica dos lotes. Segundo FREIRE *et al.*, (2006, p. 11) o desentendimento entre as famílias assentadas e componentes da diretoria da APROCTRAM conduziu à formação de outras associações, ASPRAM e APROVIR de outra vertente política, dividindo os associados na comunidade.

Segundo Monteiro (2004, p. 33-34), esse fato ocorre pela falta de conhecimentos administrativos relacionada à capacidade dos assentados em gerenciar suas estruturas organizacionais, e também pela dificuldade e desconhecimento em trabalhar no sistema coletivo. No estudo em apreço, os associados oriundos de regiões diferentes e culturas diversas, idades e vivências variadas possuem visões de mundo a favor ou contra, como expressa Simão sobre a formação de grupo e papel do coordenador:

O cadastro era por grupo e era por número. Tinha um tal de coordenador e a gente se inscrevia. E aí foi o começo da péssima coordenação, que

foi o tal de coordenador e metia a mão no crédito. Quem tinha acesso e direito do crédito era o tal de coordenador. De qualquer maneira já vinha para o grupo o crédito. Já se falava nessa época sobre crédito no acampamento. O número era limitado (Simão, 60 anos).

Nesse caso, as entidades aumentam à medida que desentendimentos internos influenciam, a exemplo, da gestão de recursos e falta de transparência nas ações administrativas para os associados, e enfraquecem as relações sociais no sistema como um todo. Vale lembrar que as associações foram criadas (MUCHAGATA *et al.*, 2003, p 11) com o objetivo de obter crédito e o modo como ocorre as relações sociais (MAGALHÃES, 2002, p. 284) prévias antes do contexto de luta interferem sobre o mesmo, como, a circulação e/ou substituição de lideranças que assumem a associação pode provocar uma descontinuidade nas ações de negociação de forma diferente. Assim, as escolhas dos candidatos associam-se à busca de melhoria seja do ponto de vista espacial ou ocupacional pela trajetória da pessoa, pelo comportamento, integridade, gestão da instituição (GUERRA, 2001, p. 139), elementos que criam a confiança. Também influencia, o serviço de apóio das instituições que visam capacitar as pessoas dos setores agrícola e comunitário em suas ações do cotidiano quando fortalecem os laços entre estes.

No Assentamento 1º de Março, a escolha do coordenador de Núcleos de Base ocorre em assembléia e inicia nos acampamentos, local de convívio, aprendizagem e troca de conhecimentos entre os acampados e os representantes das instituições de apóio e assessoria técnica. O mesmo, pelas suas habilidades em articular, agregar e flexibilizar, é segundo Nena, um pai, pois:

A coordenação de grupo é feita em assembléia pela desenvoltura. É como se fosse o pai, aquele que formula as idéias, tem afinidade com as pessoas. Tem também [de] ser bem flexível se não, não fica por muito tempo. Também é trabalho voluntário, não recebe (Nena, 36 anos).

Como um líder familiar, o coordenador orienta sem receber pelo trabalho, o Núcleo de Base constituído de cinco a quinze famílias por grupo. Como pai, decide sobre os membros, auxilia e operacionaliza as demandas do grupo, orientadas por instâncias nacionais e locais do MST. Antes das experiências com o crédito (fomento,

habitação e projetos agrícola e pecuário) havia a idéia de se trabalhar em núcleo sob a responsabilidade de uma coordenação por setores, como expressa Salomão:

Desde o acampamento se trabalha com a idéia de núcleo. Era 14 grupo. Aqui dentro já formamo o grupo 15, 16 e 17. Aí você sabe que tem família que é grande e se torna muito numerosa. Aí escolhe uma pessoa pra ser coordenador de grupo: Coordenador de família (cabeça de tudo); Coordenador de disciplina (conselheiro para não ter nada de errado no grupo. Funciona como uma polícia. Antes da expulsão ele conversa com a pessoa); Coordenador de alimentação (prepara o pão); Coordenador de saúde (tipo de enfermeiro); Coordenador de segurança (anda em companhia com o da disciplina); Coordenador de lazer (cuida das brincadeira); Coordenador de produção (cuida da divisão da produção) (Salomão, 44 anos).

A noção de grandeza no clã impulsiona nos demais setores a divisão de tarefas e junção dos direitos na administração familiar, que atualmente se restringe no Assentamento 1º de Março aos setores de saúde, produção e educação. Nestes setores são discutidos a organização do assentamento, a formação e/ou capacitação das famílias, e encontros de interesses dos assentados. Entretanto, a vida do líder é uma vida de sacrifícios (GUERRA, 2001, p. 139) que vai desde o afastamento da produção até o enfrentamento da transgressão das normas, do aliciamento tentado por elementos de dentro e de fora da instituição. A isto, alude a idéia de que essas pessoas têm reproduzido neste local, (D'INCAO, 1995, p. 57) a sua maneira de vida anterior, sem que seu encontro num projeto comum tenha feito nascer uma realidade nova, que lhes permita ultrapassar o que sempre foram, de modo a se lançarem numa aventura comum construtiva, de se inscrever no espaço, uma identidade partilhada. Essa identidade que integra as pessoas às suas condições socioeconômicas consiste na participação de intervenção ativa, Bordenave (1994, p. 20) na sua construção feita através da tomada de decisões e das atividades sociais em todos os níveis, num processo coletivo transformador que, às vezes é contestatório.

O interessante da luta pela terra é que a participação social envolve processos participatórios através de atividades organizadas pelos grupos com o objetivo de expressar necessidades e/ou demandas, defender interesses comuns em conformidade das regras dirimidas pelas instâncias da vertente política que rege as pessoas a serem eleitas ao cadastro, gênese do Assentamento 1º de Março e com o convívio buscam se

libertar da disciplina do Movimento. Essa iniciativa ocorre através de informações externas junto a servidores de organismos de expressão popular com apoio de universidades e também repartições ligadas às questões de terra e de crédito rural, para a autonomia nas tomadas de decisão individual.

3. OCUPAÇÃO NO SUDESTE DO PARÁ E O LOCAL DE ESTUDO

Fui criado no meio da mata, não tive a oportunidade de estudá. Sou garimpeiro. Na época eu trabalhava no DOCEGEL – CVRD, no túnel dentro do chão fazendo pesquisa de minério. Depois sai e fui pra Serra Pelada. Depois fui pra Marabá. Trabalhei na firma ITAMARATI como marceneiro e perdi meus dedo da mão. [Pais] eles trabalhava na roça, na agricultura mesmo aqui em São Domingo – na terra deles. Sou filho de lavrador mesmo. Nessa firma de Marabá eu me acidentei, perdi os dedo. Aí foi o jeito eu procurá outro jeito. Aí o jeito foi entrá no Movimento (Salomão, 44 anos).

Histórias como as de Salomão, de quarenta e quatro anos, garimpeiro, sem estudo, com registro em atividades diferentes e vendo como única saída para sobreviver, sua inserção no MST, compõem a dinâmica agrária do Estado do Pará, em especial a Região Sudeste. E segundo Oliveira (2005, p. 17) para os fins da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) compreende os Municípios de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, Abel Figueiredo, Bom Jesus, Rondon do Pará, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Eldorado do Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Num primeiro momento (final do século XIX) o processo de ocupação¹⁸ nesta região deu-se através da rede hidrográfica com o objetivo de encontrar pedras preciosas, desenvolver a pecuária e explorar os castanhais. Nesse período, (REYNAL *et al.*, 1996, p. 2) a atividade da agricultura era um ‘sub produto’ em função da importância comercial das outras atividades.

Com a implantação da infraestrutura rodoviária (anos 1960) nos eixos norte-sul e leste-oeste a região integra-se ao resto do país e estimula a migração dirigida de milhares de famílias à procura de terra. A partir dos anos 1970, com a instalação de

¹⁸ A ocupação como forma de acesso à terra é entendida como uma “ação de resistência inerente à formação camponesa no processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2000, p. 279).

grandes obras (Barragem de Tucuruí, mina e ferrovia de Carajás), a descoberta de Serra Pelada, a implantação de novas estradas acirra a chegada de famílias em busca de terra e trabalho nas margens da Rodovia Transamazônica. Esse momento desperta as migrações espontâneas ou frentes de expansão caracterizadas por “homens pouco ambiciosos, preocupados com a própria sobrevivência e de sua família” (REYNAL *et al.*, 1996, p. 3) que vêm para ‘amansar a terra’. Mas, entre estes, havia também os de visão empreendedora, dotados de recursos e de iniciativas que corresponde ao pioneirismo na região.

Diante dessa política de integração, o Estado Nacional apóia através de programas e incentivos de isenções fiscais os interesses do capital (EMMI, 1988, p. 115-127) que se confronta com o poder tradicional - a propriedade da terra. Essa interferência se manifesta em primeiro lugar na economia de extração vegetal que se diversifica com a mineração industrial, a pequena produção agrícola de colonos¹⁹, a pecuária, a construção civil e “quebra” o exclusivismo da atividade castanheira.

Em segundo lugar, tem-se mudança na função e uso da terra que deixa de ter seu controle associado ao castanhal e ao extrativismo vegetal para ser terras de propriedades agrícolas de pequenos produtores à margem da Transamazônica, com intervenção do INCRA. Nessa perspectiva, o significado da propriedade fundiária se torna uma mercadoria à medida que ela passa a ter uma expressão numa economia fundada no capital industrial-financeiro. Além disso, (EMMI, 1988) há os trabalhadores sem terra que a cada dia engrossam a categoria dos despossuídos e expropriados que passam a questionar e/ou desconhecer a propriedade improdutiva e a lutar para a conquista de seu lote.

É nesta Região Sudeste do Pará, ocupada por índios, explorada pelos comerciantes de drogas do sertão, borracha e castanha, através de sistemas de subordinação do trabalhador como o aviamento de barracão e disputada por

¹⁹ Os colonos são os pequenos proprietários, posseiros e “sem terras” e sua defesa se organiza em torno da CPT (EMMI, 1988, p. 133). Guerra (2001, p. 149) conceitua o posseiro como uma categoria social camponesa, caracterizada por uma história de luta pelo reconhecimento social, baseada no direito construído por sua habilidade profissional, pelo trabalho familiar e pela relação de moradia e vida que desenvolve no tempo e espaço.

camponeses, empresas capitalistas e por fazendeiros descendem o sistema extensivo de exploração agropecuária (GUERRA, 2001, p. 149) que o posseiro, filho de outro sistema resiste e se impõe às adversidades culturais, sócio-econômicas e políticas.

Nessa diversidade de fatos na ocupação do espaço regional rural, a composição étnica e cultural envolve nordestinos, mas também migrantes dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e do extremo Sul com características de agricultores e pecuaristas, madeireiros e proprietários de serrarias, carvoeiros, garimpeiros. Em relação aos agricultores/pecuaristas encontram-se os proprietários, os gerentes, arrendatários, meeiros e os sem-terra, como Mário, maranhense e ex-gerente de fazenda:

Nasci em São Domingo do Zé Feio, Maranhão. [Em] Marabá, fui trabalhar em fazenda. Fiquei 22 ano nesse trabalho só enricando fazendeiro. Era o gerente da fazenda e sempre me acompanhava um vaqueiro que sabia lê e escrevê. [Em] Parauapeba, fazenda de novo. Nasci e me criei trabalhando com agricultura e gado. Hoje só gado (Mário, 65 anos).

REYNAL *et al.* (1996, p. 3) destacam a importância de se considerar essa diversidade na análise dos itinerários de acumulação e caminhos de sucesso, quando se estabelecem tipologias e sobretudo quando se computam as chances de uma promoção coletiva de 'colonos' numa economia de mercado.

Nesse contexto, as intervenções convergem para a forma de organização sócio-profissional que segundo Guerra (2001, p. 115-123), surge a partir da década de 1970 com o Sindicato de Trabalhadores Rurais nas áreas onde a agricultura familiar se havia estabelecido desde o início do século e onde estava mais consolidada, como nos Municípios de Itupiranga (1970), São João do Araguaia (1974), Jacundá (1980) e Marabá (1980). Posteriormente, (MONTEIRO, 2004, p. 12) soma a esse processo social, o MST em 1990 no Sul do Pará e se estende paulatinamente à região sudeste paraense, demonstrando que as ações de ocupação (ABE, 2004, p. 73) de latifúndios são legítimas nas grandes áreas de terras que se encontram ociosas em paradoxo com a existência de milhares de pessoas dispostas a trabalhar a terra e produzir alimentos.

Esses fatores abriram caminho para o governo federal criar em 1996 a Superintendência Regional do INCRA em Marabá (INCRA/SR-27), regularizar a situação fundiária e criar assentamentos no Sudeste do Pará (como o Assentamento 1º de Março em 1998, no Município de São João do Araguaia), descentralizando a negociação das demandas dos trabalhadores rurais que antes ocorria em Belém ou em Brasília.

Segundo Intini (2004), a execução das políticas de reforma agrária do governo nas regiões Sul e Sudeste do Pará pela SR-27 envolve:

a) ações fundiárias, com desapropriações de terra e aquisição de novas áreas para efeito de assentamento de famílias sem terra;

b) consolidação de assentamentos, com investimentos em infraestrutura, demarcação, topografia;

c) agricultura familiar, com crédito agrícola (PROCERA e, a partir de 2000, PRONAF “A”) e assistência técnica.

Entre as ações desenvolvidas pelo órgão federal, está a consolidação do Assentamento 1º de Março numa área que foi latifúndio e hoje possui o assento de 350 famílias oriundas do território brasileiro, mas sobressaem pessoas vindas das regiões Norte (77,13%), Nordeste (16%) e Centro Oeste (4%) em percentagem, totalizando 93,13% da população (Quadro 3).

NORTE	QTD.	%	NORDESTE	QTD.	%	SUDESTE	QTD.	%	SUL	QTD.	%	CENTRO OESTE	QTD.	%
AP	1	0,29	BA	42	12	ES	1	0,29	PR	1	0,29	DF	1	0,29
PA	265	75,7	CE	2	0,57	MG	4	1,14				GO	12	3,42
RR	1	0,29	MA	2	0,57	RJ	1	0,29				MS	1	0,29
TO	3	0,85	PB	1	0,29	SP	3	0,85						
			PI	9	2,57									
Total	270	77,13		56	16		9	2,57		1	0,29		14	4

Quadro 3: Estado de origem das famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará, 2008 (adaptado).

Fonte: INCRA/SR-27 Marabá (2007).

A relação desse dado com o universo da pesquisa (35 famílias) demonstra a região maranhense com maior percentual na amostra do estudo (Gráfico 1) e alude a

história das frentes de expansão e estrutura agrária (VELHO, 1979; 1981) no processo de penetração na Transamazônica sobre a égide do capitalismo autoritário.

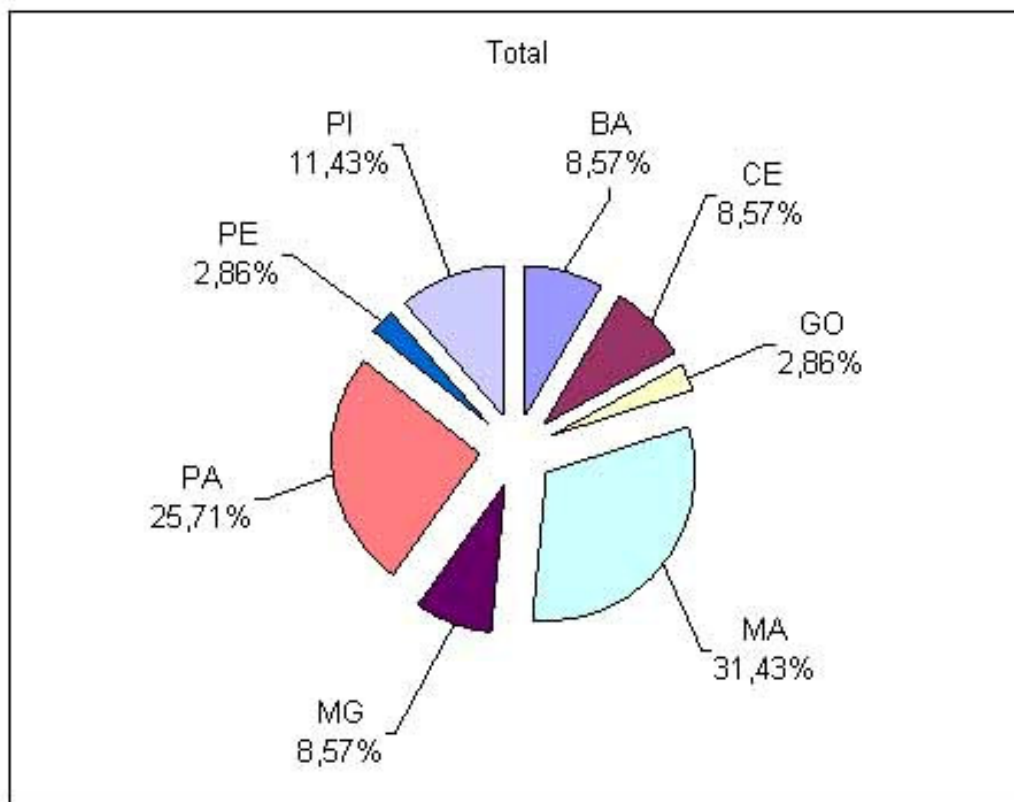


Gráfico 1: Estado de origem das famílias beneficiadas com o PRONAF "A" do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.
Fonte: Ducilene Melo da Silva, fevereiro de 2008.

Os dados coletados na RB/INCRA/SR-27 de 16/05/2007, obtida na Divisão de Suporte Operacional, têm por base o Registro de Identidade (RG) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Esse documento expressa as pessoas cadastradas e a época desse registro, mas também permite identificar o sexo e o estado civil do responsável pelo imóvel rural. Esse mecanismo é um meio de evitar a agregação de terra quando a relação conjugal não é declarada oficialmente e em geral, o casal omite esta informação à época do cadastro do imóvel, (SILVA, 1982, p. 92) ou seja, uma unidade

de propriedade²⁰ que pode ou não ser explorada. Junto a isto também, percebe-se na omissão de dados, outra estratégia da família em somar recurso capital através do crédito rural quando a união do casal foge às regras sociais, por exemplo, casamento em cartório, e ambos têm lote e existem na RB.

As deliberações do crédito rural perpassam a discussão da Câmara Técnica²¹ coordenada por representantes do INCRA, vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), tido segundo Oliveira (2005, p. 19) como espaço de diálogo que agrega as diferentes instituições estatais e não-estatais, envolvidas com a discussão da aplicação do crédito para os assentamentos no cenário regional.

Este cenário reflete as ações e intervenções dos segmentos sociais, subsídios para a compreensão das articulações que as famílias “aceitam” na tomada de decisão de suas demandas de produção e reprodução social na comunidade (CARVALHO, 1998, p. 6) onde a identidade comum e coesão social entre um grupo de pessoas e/ou de famílias aceitam de forma consensuada ideais, aspirações, interesses e/ou objetivos.

Em que pese a estrutura social estabelecida no Assentamento 1º de Março, este foi criado numa época diferente das décadas de 1970/80 momento em que o Estado regia as normas da época, através das formas de ocupação territorial (GUERRA, 2001, p. 137-150) e, das organizações de classe. Ou seja, em 1998 a “base” já estava consolidada e estruturada dentro de uma conotação libertária inspirada na Teologia da Libertação, de partidos políticos e com apoio de organizações não governamentais (ONG's) e de técnicos do serviço público federal “seduzidos” pelo desempenho dos posseiros. Essa acepção ratifica a identidade do posseiro pela sua expectativa em se diferenciar ou não numa (GUERRA, 2001, p. 151-153) construção coletiva de uma

²⁰ Neste estudo, os termos propriedade e estabelecimento são usados como uma unidade administrativa onde se processa uma exploração agropecuária segundo a condição do produtor (proprietário, parceiro ou arrendatário).

²¹ Atualmente as deliberações das demandas ocorrem no âmbito do Grupo de Execução da Política Agrícola para a Reforma Agrária (GERA) no INCRA/SR – 01 em Belém, e revoga as Câmaras Técnicas regionais a partir de 2006.

comunidade camponesa, com um código de comportamento que o define desde o uso da terra até o relacionamento entre os vizinhos com suas habilidades diversas desenvolvidas no universo rural, como dono de seu trabalho ou subordinado a um patrão, e no urbano em atividades pouco qualificadas, sobrevivendo também na cidade. Porém, o seu referencial é o rural, e é nele que se expressa o seu desejo de permanência através do jeito de trabalhar a terra: desmata devagar, deixa reservas, implanta cultivos permanentes; e também constrói alianças com setores em busca de benefícios como o crédito rural, apóio jurídico, financeiro e moral.

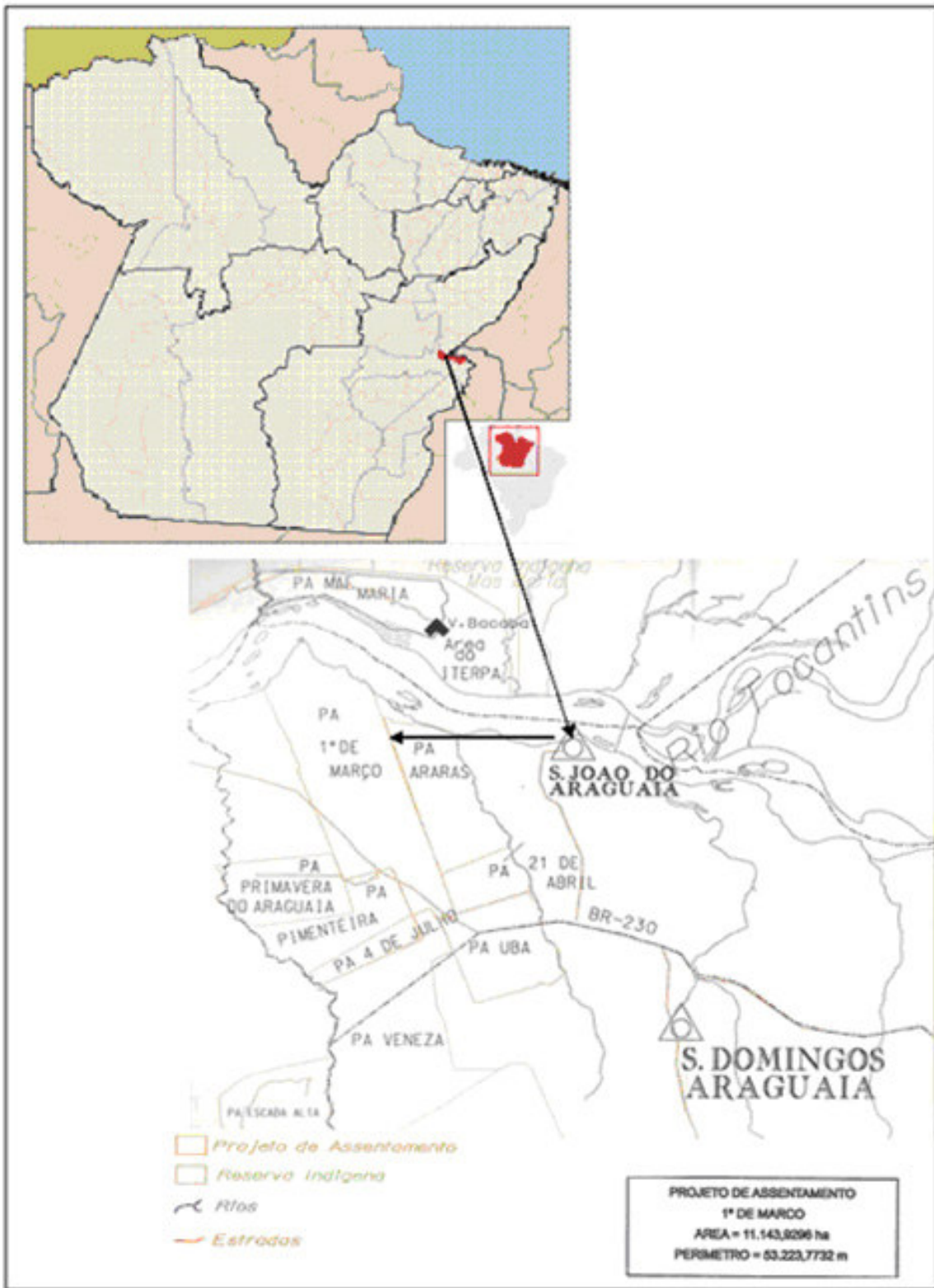
Com um tipo de ocupação específica dos anos de 1990, com estradas, organização dos trabalhadores rurais (sindicato, associações), assistência técnica, apresentamos o sub-capítulo.

3.1 – LOCALIZAÇÃO E DIVISÃO DA TERRA: O ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO

O Assentamento 1º de Março localiza-se na região Sudeste do Pará, no Município de São João do Araguaia (Mapa 1). Ele dista de Belém 516 KM e de Marabá 22 KM, seguindo pela Rodovia Transamazônica, sentido Marabá a Araguatins, Estado do Tocantins (TO).

Geograficamente, limita-se ao Norte com o Rio Tocantins; ao Leste com o Rio Tocantins e o PA Castanhal Araras; ao Sul com os PA's Ubá, Veneza e o Pimenteira; a Oeste com os PA's Pimenteira, Primavera do Araguaia, 04 de Julho e com o Rio Tocantins (FREIRE *et al.*, 2006, p. 14).

Na leitura dos quadrantes superior e inferior do mapa, a divisão da terra em lotes (Mapa 2) favorece os situados na Vila, à beira da Rodovia Transamazônica e também na beira da estrada com acesso de comunicação interna e externa, e facilidade para escoar a produção entre os Municípios de Marabá, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia.



Mapa 1: Localização do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará, 2008. Fonte: Wikipédia, a enciclopédia (2007). INCR / SR – 27 (adaptado).



Mapa 2: Localização de lotes do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.
Fonte: Cartografia, INCRA/SR- 27 (2008).

Essa rede de relações sociais que estrutura as famílias baseia-se em relações (COSTA, 2000, p. 106) de pessoa a pessoa por laços de parentesco, de vizinhança, compadrio que pode ser considerada em diversas situações sociais. Entre elas, a indicação do cadastro para aquisição de lote, de modo rápido, a uma comadre, à época do acampamento no Assentamento Araras, terra limite com a Fazenda Pastoriza:

Em 24 de dezembro de 1991, no Arara, eu não tinha terra. Morava num barraco de paia. Meu cumpade disse: faiz o teu cadastro. Paga só três real no MST que é mais rápido. Ai eu peguei o dinheiro e fui (Pérola, 55 anos).

Assim, o termo rede designa (COSTA, 2000, p. 107-108), um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos em conexões que ultrapassam os limites de grupos e categorias, e também a situações onde os indivíduos são requisitados a escolher sobre quem procurar para obter ajuda, informação e orientação.

É possível perceber ainda na família, como ocorre a construção social da realidade (SARACENO, 1997, p. 12) nesse espaço que é físico, relacional e simbólico. Tida como um lugar privilegiado, revela-se a partir da construção social dos acontecimentos e relações naturais (o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação). Dentro das relações familiares, socialmente definidas e regulamentadas que os acontecimentos da vida individual entre eles, a procriação, recebem o seu significado, como o adquirir terra para a prole e atender as necessidades da família.

Por isso, as formas de aquisição de lote constituem um elemento para a compreensão do modo como um grupo social organiza a dinâmica do seu lote a partir da composição familiar e atribui significados às relações sociais. A experiência familiar aparece na forma de ocupação, ocupação/troca, retomada, compra, como diz Floripa, filha de assentada, contemplada pela retomada de lote e que divide-se entre o lote dela e do parceiro (marido) no “cuidar” dos animais e deslocamento entre a casa da vila que mora a família e o lote, local de trabalho:

Antes deu morar mais ele, minha mãe já tava acampada aqui [Pastoriza]. Aí nós foi pra Floresta do Araguaia, pra lá de Rio Maria. Aí morei com ele lá, 3 ano só. Depois fui pra Marabá e o pessoal aqui já tinha conquistado o lote, terra daqui. Eu vim pra

cá em 2002. Em 2003 teve retomada de lote. Aí foi nessa retomada que eu ganhei esse lote. Aí a força tarefa pegou o nome de várias pessoa, filho de assentado. Aí eu fui sorteada. Aí eu consegui esse lote. Esse gado tá no lote do meu marido. Lá tá todo no pasto... porque é antigo da fazenda. No momento, lá no [meu] lote não tem nada. Tá vazio! É longe pra cuidá. Não tem jeito de mora lá porque é longe e os menino estuda e é longe da escola. Tá feio a situação. Nós vamo é de bicicleta, de pé pra lá que só é uma bicicleta, e num dá pra ir todo mundo. É longe (Floripa, 35 anos).

A atribuição desses elementos (retomada, distância do lote, 15 KM em relação à sua moradia que fica na Vila, pasto e gado no lote do marido (distante 6 KM) enquanto o outro - da esposa - fica a mercê da natureza) remete ao limite da força de trabalho familiar em relação à extensão de terra (CHAYANOV, 1981, p. 141) e envolve o reverso apregoado aos trabalhadores rurais, a diversificação da produção. Nesse caso, a distribuição das tarefas no estabelecimento recai no casal, que juntos somam 12 hectares de terra; embora em apenas um lote resulte o produto de seu trabalho através da venda de animal abatido ou vivo; enquanto os dois filhos, com idade de 9 e 13 anos executam tarefas em geral, no intervalo do calendário escolar. Assim, este produto do trabalho familiar (CHAYANOV, 1981, p. 134-138) é a única renda possível numa unidade camponesa²² que administra sua empresa sem trabalho pago, pois não existem salários tampouco lucro, como na unidade capitalista.

A base de sua atividade econômica humana é dominada pelo atendimento à satisfação das necessidades da unidade de produção que é a família, e ao mesmo tempo também é, unidade de consumo. Sua autonomia (WANDERLEY, 1999, p. 15) é relativa à vida social em um território que é lugar de vida e de trabalho, onde convive com outras categorias sociais e também desenvolve uma forma de sociabilidade diferente dos laços familiares e de parentesco.

Assim, esta sociabilidade permite(iu) às famílias assentadas um grau de interconhecimento, ou seja, uma “coletividade” (WANDERLEY, 1999) nas atividades desenvolvidas em grupo em lotes dos indivíduos componentes, com troca de dias de trabalho registrado em um ‘caderno de ponto’, como expressa Salomão, no caso do PRONAF “A” em 2000, com atividade em lote alheio. E também, conhecer aspectos

²² A expressão unidade camponesa significa a exploração econômica da família camponesa que não emprega trabalhadores pagos, mas utiliza apenas o trabalho de seus próprios membros (CHAYANOV, 1981, p. 134).

da personalidade dos outros quando da 'partilha' do produto do trabalho dessa coletividade.

PRONAF A em 2000 era grupo de 9 pessoas: café, gado, granja. Criá em 2 lote. Construção de cerca, curral, galinha era na Vila. Não acompanha de perto. 9 KM o lote e nós morando na Vila. Caderno de ponto. Quem não trabalhava pagava uma diária, pessoa de fora. Eu fui um dos que saí furado. O mais prejudicado. E o pior foi fazer o negócio no lote aleio. Aí terminô em nada. Se você administrar sozinho pegue, se não, não pegue porque você vai rasgá a boca. Porque a pessoa que não dá conta de uma coisa vai rasgá a boca (Salomão, 44 anos).

De fato, a localização, a infraestrutura social e de serviços, em especial as relações institucionais entre as famílias e os poderes públicos local, estadual e federal, e o tipo do entorno econômico e produtivo influenciam o sucesso e/ou insucesso do investimento.

3.2 – INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ

A infraestrutura de serviços sociais na Agrovila do Assentamento 1º de Março constitui-se de pequenos comércios, posto de saúde, meios de comunicação (telefone), sistema de rede elétrica das Centrais Elétricas do Pará (CELPA), clube de festas, rede de ensino fundamental, médio regular e de um programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), (Fotografia 2).



Fotografia 2: Agrovila do Assentamento 1º de Março.
Fonte: Ducilene Melo da Silva, janeiro de 2008.

O acesso à educação básica e a possibilidade de continuar os estudos em área próxima, como Marabá (PA), Araguatins (TO) em cursos técnicos-profissionalizante (Agrícola) com base na filosofia da Pedagogia da Alternância²³ (tempo escola, tempo comunidade) contribuem na permanência da família no Assentamento. Isto é dado favorável à melhoria da qualidade de vida e garantia alimentar, considerando que a escolaridade do trabalhador rural é um dos fatores que atua e facilita a compreensão e utilização de meios tecnológicos na agricultura, pois antes era difícil estudar:

Antigamente até pra estudá como eu estudei, a gente tinha que caminhá 3 a 4 KM, colocá o caderno no saco pra num moiá. Pra gente aprendê um pouco é difíci (Petúnia, 32 anos).

Entre as famílias entrevistadas (35), existe 1 pessoa com ensino superior completo (2,86%), com formação em Educação Artística, atua na direção da Escola Educar para Crescer, única da Agrovila, e também integra a coordenação de

²³ A compreensão das dimensões da formação na pedagogia da alternância é discutida em Silva (2004, p. 44-54) e o processo de implantação no Estado do Pará ocorre em meados de 1990.

música, da Igreja Católica, como professor. As demais (15), não têm a educação secular formal, apenas ler e/ou assina o nome (42,86%), e equipara em valor absoluto e percentual com as que estudaram até o ensino fundamental (Gráfico 2).

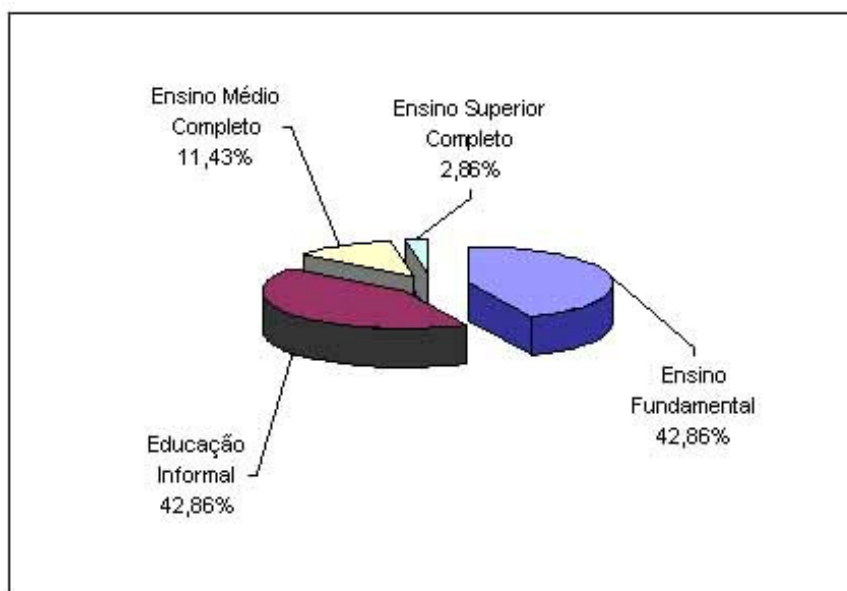


Gráfico 2: Nível escolar das famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.

Fonte: Ducilene Melo da Silva, fevereiro de 2008.

Isto revela a necessidade de uma educação que considere as visões de mundo desses trabalhadores rurais, o seu tempo e a partir de, e com eles ter o incentivo para compor a turma de alunos do EJA, segundo os direitos da Constituição Brasileira, em seus Artigos 205 e 206, Inciso I. Esta assegura o direito de ir e vir para o pleno desenvolvimento pessoal, no exercício de sua cidadania e qualificação para o trabalho; com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Ou seja, todos têm o direito garantido na tutela do Estado. Também existem aqueles (4), que mesmo com o calendário escolar adverso ao período agrícola, concluíram o ensino médio (11,43%).

Entre as tipologias que compõem o nível de ensino, há pessoas com educação informal (2) e ensino fundamental (3) que somam à sua renda, o salário advindo das funções de servente, vigia e auxiliar de secretaria, como alude Edson:

Sou evangélico e obreiro da Assembléia de Deus. [Antes] só estudava mesmo! Dei aula na Zona Rural, trabalhei no posto de combustível, vigiando escola... agora... [sou] auxiliá de secretaria da escola (Edson, 36 anos).

As instituições religiosas estão representadas pelas Igrejas Católica, Adventista do Sétimo Dia, Evangelho Quadrangular, Assembléia de Deus Ministério de Missão, e de Madureira localizada em endereços distintos na Agrovila. Em momentos de festa, como o aniversário do Assentamento, alguns independente da denominação religiosa, de morar no lote ou na Agrovila, ser da área urbana (parceiros, comerciantes de produtos agropecuários, fazendeiros, prefeito das redondezas) e não ser militante do MST reúnem-se (Fotografia 3) no espaço da Escola para a organização do evento em horários e dias distintos (no meio da semana à noite, e nos fins de semana à tarde de domingo).



Fotografia 3: Reunião de organização do aniversário do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.

Fonte: Ducilene Melo da Silva, janeiro de 2008.

Isso mostra que dependendo do objetivo, as pessoas se unem em pequeno grupo para alcançar um interesse comum, o festejo do lugar, e também firmar parcerias que doem animais para a alimentação durante o evento, cessão de veículos e, divulgação. Contudo, esse mesmo empenho não ocorreu na organização

da produção com grupos que variava de 5 a 15 pessoas, cujo objetivo comum de interesse dos indivíduos era garantir a qualidade de vida, a segurança alimentar e o retorno do investimento projetado.

Na verdade, a falta de participação nas atividades por parte de alguns ocorreu mesmo com a existência de coerção através das normas dos agentes financiadores que resulta em exclusão de crédito pela inadimplência. A outra forma, traduz na 'quebra' estrutural que vinha orientando as famílias, a de coordenadores de grupo, hoje configurado na representação de presidentes de associações, cooperativa que existe no Assentamento 1º de Março, em suas vertentes política: MST, FETRAF.

Esses fatores são consequência do capital no mundo rural e pode contribuir para o êxodo rural à medida que os empreendimentos oriundos do crédito (MANESCHY, 1993, p. 6-31, 148-156) PRONAF "A" desestrutura as formas de organização social do lugar, modifica o modo de vida das pessoas, situações que comprometem a reprodução ampliada enquanto categoria social, como ocorreu em Ajuruteua, uma comunidade pesqueira no nordeste paraense, com a inserção do crédito rural.

4. CRÉDITO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: PRONAF “A” INDIVIDUAL OU GRUPO?

Meus pai era agricultor mesmo. Eu trabalhei muito de roça quando era pequenininha. Eu fiz foi abusá. Num é bom. Só sol, fumaça. Eu trabalhei muito de serviço doméstico, eu trabalhei muito na casa dos outro. Depois construí família e não fui trabaia mais pros outro. Só pra mim mesmo”. Aí nós viemo pra cá, foi dia 18 de janeiro de 2004. Nós peguemo o PRONAF A individual em 2005 através deles, os representante que eles colocava pra gente. Só fazia financiamento só se fosse pra gado. Só que nós queria mesmo mexê era cum peixe. O peixe é mais vendável, tem saída, num dá tanto trabalho. Aí tem como alimentá ele sem gasto muito. Já pensô a gente vendê ele aqui mesmo? A pessoa vem aqui, compra ele, sem saí de casa (Petúnia, 32 anos).

O contexto do desenvolvimento do campesinato na Região Sudeste paraense se configurou na intervenção do Estado à uma minoria com regalia de incentivos de isenções fiscais e de grandes extensões de terras. Também, de uma maioria excluída de “terra de trabalho” (COSTA, 2000, p. 90-91) que se contrapõe às formas de uso da terra que se instaura como um meio de negócio (propriedade privada) e não de sobrevivência – uso comum.

Isso implica na existência utilitária e não mercantil da terra entre os lavradores (categoria que engloba posseiros e camponeses) e os latifundistas a partir de suas especificidades econômicas na forma de produzir. As famílias com base numa economia de excedente se distinguem da economia de mercado a partir da estrutura que existe, a própria subsistência familiar e em segundo plano, a troca do produto que excede às suas necessidades (MARTINS, 1975).

A diferença entre a estrutura da unidade de produção familiar e a empresa capitalista (fazenda) está nas decisões que orientam a rentabilidade (COSTA, 2000, p. 134) média e o custo de oportunidade de aplicação de capital. No estabelecimento agrícola, o tempo do relógio difere do tempo do “relógio humano” em que o trabalho não assalariado dos membros da família ocorre pela necessidade do grupo. Logo, o trabalho assalariado se faz com visão de renda, lucro sobre a gestão de um administrador profissional.

Esse contexto traduz as formas de concessão subsidiada de crédito e incentivos fiscais em que a racionalidade financeira (COSTA, 2000, p. 138) de comprar e vender terras, desenvolver atividades produtivas ou não, se associa a

uma operação da bolsa de valores. A terra está mediada pelo poder político, econômico e local na garantia da reprodução da fração de elite com menos mediação das instituições formais.

Assim, o conceito de crédito rural no desenvolvimento da agricultura procura suprir os produtores de recursos financeiros obtidos em instituições públicas para atividades de geração de emprego e renda. Esses recursos constituem um instrumento de política creditícia cuja gestão é de responsabilidade dos bancos que operam com financiamentos rurais e são supervisionados pelos técnicos de assistência técnica e extensão rural. No caso do Assentamento 1^o de Março, a vistoria recai sobre os servidores dos Bancos do Brasil e do Banco da Amazônia para liberação das parcelas do crédito, e também pelos serviços dos técnicos da COOMARSP e JVA Rural credenciados no INCRA/SR-27 em Marabá. A execução do crédito se dá em consonância com o projeto, indicando a modalidade de cultivos e a criação a ser desenvolvida pela família, conforme o relatório financeiro e orçamento de aplicação do recurso (Anexos “F” e “G”) fornecido pelo serviço técnico.

No entanto, esse conceito com viés de uma alternativa econômica para os segmentos produtivos na região, visto como um instrumento alternativo de política econômica (TURA, 2000, p. 30) para os mini e pequenos produtores e empresários, com o uso de mão-de-obra e matéria-prima locais, a produção de alimentos básicos e o consumo interno, favorece a aplicação de recursos através do crédito rural²⁴ com medidas iguais nos prazos e carência, limites de financiamento e juros entre os atores sujeitos a credores oficiais, como o FNO.

Os investimentos financiados pelo FNO em meados dos anos de 1990 caracterizam-se, no plano de relação entre a dinâmica agrária e o Estado (COSTA, 2000, p. 263), por um novo momento, em que o acesso democrático, pelos agricultores familiares, a estas medidas, esteve ligado à organização dos trabalhadores rurais (agricultores, pescadores, ribeirinhos, sem terra) e a pressões sociais para o desenvolvimento da agricultura (TURA, 2000, p. 33-37), onde até essa época (1990) eles ficaram à margem das ações públicas.

²⁴ Para compreensão das políticas públicas, no caso do crédito agrícola consultar Lira (2005). O autor discute sobre o desencontro entre o crédito liberado e o não pagamento, cujos prejudicados são os agricultores, pois a inadimplência impede o acesso a novos financiamentos e deixa famílias excluídas dos investimentos e benefícios propostos nas linhas de crédito para a categoria.

Os fatores que impediam o acesso aos recursos do crédito rural pelos agricultores familiares segundo Mattei (2001; 2006, p. 45) estavam em função do poder de garantia do empréstimo bancário, por exemplo, a terra. Soma-se a isto, a falta de critérios para classificar as categorias de produtores. Havia o privilégio de grandes produtores em contraste com as condições dos pequenos produtores familiares quanto às normas de aplicação dos recursos, constituindo uma “arca de noé” (NEVES, 2006, p. 16) onde muitos são chamados para os investimentos e benefícios das linhas de crédito rural, mas poucos são escolhidos para obtenção do recurso. Situações como pendência de documentos (carteira de identidade, cadastro de pessoa física, carta de aptidão²⁵) são característicos da exclusão para o acesso ao crédito em ambientes (COSTA, 2005, p. 136-192) que financiam o PRONAF.

Esse fato se impõe pela variedade de significados do termo agricultura familiar e suas formas de uso. Neves (2006, p. 16) mostra que a classificação designa um segmento modernizado ou a ser modernizado na aquisição de competências e adesão de princípios de intervenção estatal, como os beneficiários do PRONAF criado em 1996. Isto permite integrar como beneficiários do apoio institucional, diversas categorias socioeconômicas de produtores sob a forma de trabalho familiar e modos diferenciados de existência social. A partir disto, um estudo realizado pelos representantes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e do INCRA define o perfil (GUANZIROLI, 2002, p. 309) desse segmento social e estabelece um conjunto de medidas e ações voltadas às suas necessidades para apoio e fortalecimento de suas atividades no meio rural, com crédito custeio e de investimento.

O incentivo do Governo Federal no desenvolvimento da produção familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com orientação na Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) deu-se através da publicação do Decreto nº 1.946, de 28 de julho de 1996, com a criação do PRONAF. A norma do programa designa como beneficiários os que exploram estabelecimentos rurais na condição (SCHNEIDER *et al.*, 2004, p. 25) de proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros e desenvolvem atividades agropecuárias e não-agropecuárias em que a família gere

²⁵ Carta de Aptidão ou Declaração de Aptidão é um documento expedido pelo INCRA ou entidades credenciadas (sindicato dos trabalhadores rurais) para emissão da mesma, e comprova que a pessoa está apta para ser beneficiário do crédito PRONAF.

os meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1999, p. 10). Como única fonte de força de trabalho, cabe a ela tomar decisão sobre seus projetos, seu programa de trabalho, para o presente e para gerações futuras. Assim, a família (LENOIR, 1996, p. 75) designa um grupo que tem uma história, uma vida com etapas evocadas em bem-sucedido ou não que pode unir e integrar o grupo como os nascimentos, os casamentos, sucessões. Com as gerações esses acontecimentos sucedem-se de modo cronológico e linear e tendem a apresentar a família como uma imagem de grupo coerente, integrado e cujo princípio é em si mesmo seu próprio fim: a perpetuação da unidade doméstica e o que a fundamenta são os bens de família.

A par disto, o objetivo do PRONAF, como programa, visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro para promoção de atividades geradoras de emprego e renda e melhoria na qualidade de vida das famílias. Operacionalmente essas atividades (SCHNEIDER, *et al.*, 2004, p. 26-27; MDA, 2004-2005; GUANZIROLI, 2002, p. 309) estão divididas em grupos distintos de renda e condições de pagamento como se vê a seguir:

Grupo A: agricultores assentados pela reforma agrária;

Grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual de até R\$ 2.000,00. Esse grupo inclui as famílias com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção em curto prazo, localizadas em regiões onde há concentração de pobreza rural;

Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual de até 14.000,00 com explorações intermediárias (safrista ou diarista) e com potencial de resposta produtiva;

Grupo D: agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00, podendo ter até dois empregados fixos;

Grupo E: agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 e R\$ 60.000,00, podendo ter até dois empregados fixos.

Nesta proposta de política pública diferenciada para as diversas categorias da agricultura familiar com crédito rural entre os agricultores em transição e os estabilizados economicamente (Grupos D e E), percebeu-se no ano de 1996, (GUANZIROLI, 2002, p. 311) que os estabelecimentos da agricultura familiar não conseguiram obter uma renda mínima anual por meio de sua produção. Para sobreviver, as famílias recorriam ao trabalho externo assalariado e dependiam também da aposentadoria, situação também observada na composição da renda familiar no Assentamento 1º de Março.

A situação aludida por Guanziroli (2002) explica que, estas famílias antes do início do PRONAF, não eram verdadeiros agricultores e nunca tinham anteriormente realizado uma operação de financiamento bancário. Ao considerar esse fato, o mesmo se aplica aos assentados no 1º de Março, em São João do Araguaia quanto à falta de experiência na relação com o “negócio” bancário, embora sejam filhos de agricultores e com experiência na agricultura, como explica Cleber:

Nasci e me criei com meu pai mexendo com agricultura, só que não mexia com banco. Agora negócio de projeto eu nunca tinha mexido com bicho doido como negócio do projeto (Cleber, 58 anos).

A isto, vê-se ainda que, mesmo com a presença de assistência técnica estas famílias à época (1996) trabalhavam com o uso apenas da força manual, ou seja, na enxada. A mesma situação é encontrada em 2008, tanto na forma de contrato do PRONAF “A” em grupo (ocorrido nas experiências de 2000 a 2002) ou individual (a partir de 2002) entre as famílias beneficiadas na região sudeste paraense, em São João do Araguaia.

A constituição tanto do FNO (COSTA, 2002, p. 263-266) como do PRONAF interfere na dinâmica das áreas da agricultura familiar com os investimentos em plantio e formação de rebanho bovino, quando fortalece o plantel bovino e deixa em segundo plano o plantio, a piscicultura. Na linguagem dos beneficiários do PRONAF, o “mamita fria” é uma denominação atribuída ao técnico que elabora projetos:

A minha mente aqui era, até hoje eu quero um projeto que pode ter retorno: granja caipira, açude pra botá peixe, 20 gado leiteiro que dá 20 litro de leite. O tec é um mamita fria: ele divia analisá a terra primeiro para fazer o projeto (Vitor, 62 anos).

Antes da elaboração do projeto, a assistência técnica deveria estabelecer um diálogo aberto, sobre os riscos do empreendimento, quanto à capacidade de pagamento das parcelas e retorno do mesmo à unidade produtiva. Essa mediação deveria ocorrer no momento da vistoria e/ou análise sobre as condições da área e da trajetória da família, base para estabelecer a confiança nas informações entre o saber “quente e o saber frio” ou entre os “mãos lisas e os mãos grossas”, ou entre “os mamitas frias e os mamitas quentes” expressões das famílias no Assentamento 1º de Março, no Município de São do Araguaia.

A prática da mediação (SIMÕES, 2005, p. 202-203) pode ser entendida como a faculdade de desenvolver nos atores a capacidade de questionar suas práticas e ações cotidianas e de refletirem sobre suas experiências. O mecanismo para a comunicação entre as informações das famílias e as dos técnicos prescinde a escolha do que, como, quando e de que forma gerir o empreendimento com o crédito rural, ou seja, a demanda.

A falta desta estratégia resulta em constrangimentos (SIMÕES, 2005, p. 2002) da situação decorrentes do jogo, via o acesso aos recursos e o meio adjacente. Ou seja, a ação do jogo decorre do confronto entre os diferentes mundos em relação à interdependência que se supõe existir no jogo com interesses distintos. De um lado, a sobrevivência num mercado competitivo, no caso, a do técnico, e de outro lado, a garantia de sobrevivência da família a partir da influência mediatizada pelo primeiro, na obtenção do crédito financiado. A diferença da intervenção a partir da demanda local traduz-se num processo participativo em um trabalho em que os pedidos, os anseios imediatos resultem de uma discussão clara e transparente entre os atores. Pois entre a demanda imediata e o que é possível realizar, deve-se a partir da identificação das demandas por parte daqueles que moram no lugar, os agentes, junto com as famílias do local estabelecem o diálogo. Ademais, o contrário corrobora com a idéia de extensão assistencialista e não com vistas à idéia de uma comunicação mantida no diálogo (FREIRE, 1997) na troca de conhecimentos em que educando e educador aprendem a partir das percepções dos diferentes mundos vividos pelos atores.

Na concepção atual de assistência técnica e extensão, a participação no processo de demanda familiar, o diálogo entre os saberes do agricultor (tradição

cultural, modo de vida) e do técnico, no início de um projeto, é conhecer e entender melhor os objetivos e os critérios dos agricultores (SCHMITZ, 1996, p. 4) nos sistemas de produção para juntos decidir a aceitação ou não de uma mudança. Essa interação se diferencia em função dos objetivos e das mudanças ou inovações pretendidas. Segundo Schmitz (2002, p. 5) no caso das mudanças de interesse externo, trata-se de uma intervenção que pode utilizar métodos de persuasão e até de força (lei). Mas no caso, de áreas onde o poder público não tem influência seja por causa da propriedade particular ou da administração do bem, como a produção, organização e comercialização da agricultura familiar, a mudança tem que ser voluntária.

No Sudeste do Pará, o processo de coordenação e aplicação do PRONAF “A” está a cargo dos representantes do Grupo Estadual de Execução da Política Agrícola para a Reforma Agrária (GERA), os quais identificam (MICHELOTTI; RODRIGUES, 200-?, p. 11) junto com os movimentos sociais rurais, a demanda por crédito, selecionam os projetos de assentamento a serem contemplados, selecionam as famílias e definem as prestadoras de assistência técnica. A seleção baseia-se no PDA aprovado, com base na existência de infra-estrutura, tais como a estrada, e organização social formalizada (associação). Selecionados os projetos de assentamento e as famílias (FREIRE *et al.*, 2006, p. 12) a serem atendidas com os recursos; os técnicos das prestadoras de serviço elaboram os projetos a serem analisados pelos financiadores – Banco da Amazônia e Banco do Brasil.

Essa passagem entre a identificação dos assentamentos e as famílias a serem beneficiadas com a intervenção das representações sociais, dá lugar à reprodução de práticas clientelistas, eleitoreiras (SIMÕES, 2005, p. 209) no processo do desenvolvimento rural. Isto é reforçado pelo descompasso entre a dinâmica que se pretende construir e a forma como está concebida a política (COSTA, 2002) de crédito. A reação a essas medidas tem significados diferentes para os atores da agricultura familiar, visões apresentadas no capítulo a seguir.

5. SIGNIFICADOS DO PRONAF “A” PARA FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO

[PRONAF “A”] não serviu de nada. Se tivesse vindo pra mão de cada um, aí a gente sabia o que faís. No começo eles dizia que o dinheiro vinha pras despesa e num chegou nadinha, nem pras diária. Eu quero me aposentá. Eu sô trabalhadora desde os 7 ano. O nosso nome tá sujo: num pode comprá em loja. Só ficô as teia brasilit que tá bem aqui, que o pessoal tava carregando tudo. Agora tá tudo já quebrada: só presta pra fazê área. Só sujô nosso nome (Pérola, 55 anos).

A história de toda constituição humana envolve as condições de viver e entre seus atos de ‘fazer história’ (MARX; ENGELS, 1993, p. 38), o comer, beber, ter habitação, vestir-se constitui sua existência. Este ato histórico é, portanto, a parcela dos meios de produção que permitem a satisfação das necessidades por meio dos bens materiais inerentes à reprodução da força de trabalho. Nisto está a primeira condição que fundamenta a história humana, e deve ser cumprido todos os dias e todas as horas para manter vivos os seres humanos.

A ação para satisfazer essas necessidades e, o instrumento está contido no ato humano, ou seja, suas ferramentas, seus saberes herdados, adquiridos, inventados, os seus meios de produção. Através da ação transformadora da natureza, os homens constituem a condição para sua existência pela procriação de outros homens, numa relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, o grupo doméstico ou até a família. Esta família que é um *nicho* e início das relações sociais se torna depois, relação secundária, quando as necessidades aumentam e quando se requer novas relações sociais provocada também, pela elevação da população. A observação na concepção histórica dentro desse contexto, fundamenta os significados que conduziram à obtenção do crédito PRONAF “A” grupo ou individual pelas famílias do Assentamento 1º de Março, em São João do Araguaia no Pará, como alude Pérola, quanto ao recurso que deveria ter vindo às suas mãos para administrar.

O termo significado é usado para designar a propriedade de um objeto, como estímulo ou uma situação que implica a intencionalidade do sujeito e dos seus atos. Para os psicólogos de orientação fenomenológica (THINÈS; LEMPEREUR, 1984, p. 833-834) a percepção, o comportamento implicam uma relação significativa do sujeito com um acontecimento do mundo externo e relaciona-se com a estrutura

espaço-temporal do meio ambiente e com a posição em que se encontra, e pode revestir-se de significações diferentes para o sujeito. Por isso os lingüísticos falam em polissemia, e antropólogos referem à possibilidade de interpretações múltiplas.

As famílias beneficiadas com o recurso do PRONAF “A” são parte de um momento histórico com características da época de 1990. Esse período possui a marca de um Estado onde as ações voltam-se para o apoio à agricultura familiar (OLIVEIRA *et al*, 2005, p. 319) pelas pressões manifestas através dos movimentos sociais organizados (FETAGRI, STR, MST) nas negociações com o poder público. Entre as ações das políticas públicas, um conjunto de medidas com objetivo de atender as necessidades da sociedade civil foi, criar em 1996, o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, o PRONAF e conseqüentemente, o MDA em 1999.

Essas medidas visam apoiar e implementar através de programas, como o PRONAF em 1996, a agricultura familiar com o estímulo à diversificação em suas atividades produtivas de plantio e criação, com suporte do serviço técnico tanto na elaboração de projetos, como no acompanhamento das atividades implantadas no estabelecimento agrícola. Assim, as famílias são parte de um contexto que explica o fenômeno (OLIVEIRA *et al*, 2005, p. 321) de alguns assentamentos serem criados próximos às sedes dos municípios e de grandes rodovias, como a Transamazônica, por exemplo, com o Assentamento 1º de Março.

Com a criação de assentamentos, próximos dos municípios há um intercâmbio na prática cotidiana das famílias e também uma linguagem (GUERRA, 2001) peculiar entre estas, na relação de compra, venda e troca de produtos resultantes do trabalho familiar, e nas relações sociais (DURHAM, 1984, p. 72) que mantém os vínculos de parentesco e que constituem a organização do grupo de vizinhança, instrumento de apoio, mobilidade e de relações pessoais.

Nesse intercâmbio entre as relações pessoais da vida rural e dos assentamentos e impessoais do mercado que se constituem extra e interlocalmente há a consciência de si e para si (MARX; ENGELS, 1993, p. 43-44) na teia das relações históricas do produto social. A consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível mais próximo (a natureza) e também, consciência da conexão finita

ou limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo, como um poder estranho e, relativamente “forte” com o qual os homens se relacionam de maneira bruta, como o gado. Esses indivíduos - entretanto -, diferente do cavalo ou mula (FERREIRA, 1995, p. 112), que não têm entendimento, cuja boca precisa de cabresto e freio para obedecer, caminhar conduzido por outrem para qualquer lugar, pensam em qualquer assunto, situação e através de sua ação na natureza, a transformam para atender suas necessidades, como a região à qual estão assentados.

Esse espaço é reflexo das relações econômicas e sociais que, no início da história amazônica era habitado por silvícolas, praticantes de uma economia de subsistência (VELHO, 1979, p. 200-2001) de base extrativa, de coleta e caça. Com o advento da interação entre capitalizados e despossuídos, a paisagem natural transforma-se pela extensão de terras ‘livres’ e pela existência de ocupações alternativas e complementares na coleta de castanha e na busca de diamantes nos rios, onde qualquer um pode coletar, ao invés de trabalhar para um empregador.

Na busca de sobrevivência, esses indivíduos despossuídos de bens de capital e sem a companhia da família penetraram para o interior, na terra livre, longe dos rios principais (Tocantins, Itacaiunas) onde se concentrava as atividades tradicionais. O adentramento na floresta leva à ocupação da Amazônia, no Sudeste do Pará, cuja população compunha indivíduos ou pequenos grupos de seres humanos em algum lugar próximo a um riacho (*igarapé*) ou lagoa. Essa escolha do terreno justifica-se pela existência de barro, considerado bom para a produção agrícola e para a criação de porcos, além de ser bom material para construção. As unidades domésticas se formaram em certos casos, isoladas, à quilômetros de distância uma da outra. Noutros casos, as distâncias são maiores ou menores com pequenas comunidades cuja aproximação depende de terras desocupadas e também da qualidade do solo ou de algum castanhal que seja de “propriedade” privada.

Neste contexto, as políticas públicas refletem as formas de apropriação de terras, num movimento diferente da época da colonização, onde a demarcação das terras antecedia a chegada das famílias e a exploração das áreas. Atualmente, o processo ocorre pela apropriação de áreas já em exploração pela agricultura

familiar. Isto se explica por ainda existir, o acesso à terra por via de ocupações ou acampamentos, espontâneos ou estimulados por organizações do movimento social rural (sindicato de trabalhadores rurais, FETAGRI, MST, associações). A estratégia nos processos estimulados pelas organizações é ocupar a área escolhida com as famílias e permanecer (OLIVEIRA *et al*, 2005, p. 334) acampados como meio de pressão junto aos órgãos oficiais da reforma agrária para agilizar o assentamento das mesmas. Assim, o assentamento em fazendas totalmente formadas por pastagens é um tipo de assentamento diferenciado e também uma situação pouco conhecida em termos de estratégias de uso do espaço, como enfatiza Floripa sobre o lote:

Eu vim pra cá em 2002. Em 2003 teve retomada de lote. Aí foi nessa retomada que eu ganhei esse lote. Aí a força tarefa pegou o nome de várias pessoa, filho de assentado. Aí eu fui sorteada. Aí eu consegui esse lote. Tá todo no pasto porque é antigo da fazenda (Floripa, 35 anos).

Neste caso, as famílias do Assentamento 1º de Março foram e estão inseridas numa área parcial ou totalmente, coberta por pastagens, para iniciarem o processo de produção de atividades com plantio e criação e, exploração dos recursos naturais (caça, pesca, coleta).

Estudo sobre a vida de camponeses alemães (MEKSENAS, 1995, p. 76) que roubavam madeira do Estado, vendendo-a em seguida, mostra que, esses trabalhadores em situação de pobreza e de fome com baixos soldos acabavam se envolvendo na criminalidade como alternativa para suprir suas necessidades. A comparação a partir do acidente numa firma (perda do dedo), ocorrido com o Senhor Salomão em Marabá e sua inserção no MST quando dos acampamentos no INCRA e PA Araras, tem como conseqüência a mesma condição, a sobrevivência, neste caso, dos camponeses alemães e das famílias hoje assentadas numa área localizada no Município de São João do Araguaia, sobre a jurisdição do INCRA/SR-27 em Marabá, com apoio do Estado:

Nessa firma de Marabá eu me acidentei, perdi os dedo. Aí foi o jeito eu procurá outro jeito. Aí o jeito foi entrá no Movimento. Sem os dedo base, aí o jeito é i pra roça. Foi o que eu aprendi desde criança. Aqui na rua não dá. A gente tá passando fome. Até que arrumamo um aglomerado de gente e fomo pra porta do INCRA. Aí ficamo lá. Aí perto do final do ano de 1995 – 23 de nós levantemo de lá pro Castanhal Arara (Salomão, 44 anos).

De forma geral, o contraste visto na dinâmica da estrutura agrária na Região Sudeste do Pará, mesmo com a existência de entidades articuladas com o governo nas esferas local, estadual e federal ainda há situações de ‘cabresto’, como a não flexibilização nos ‘pacotes’²⁶ (MUCHAGATA *et al*, 2002, p. 5) técnicos de projetos às famílias do Assentamento 1º de Março. Segundo a experiência de Sebastião, configurava-se em relação ditatorial do representante da associação com o grupo, até o momento em que resolveu formar um grupo, ir ao agente financeiro, obter informações sobre o crédito rural e indicar o fornecedor de gado para comprar o animal de sua escolha:

Peguei o PRONAF A individual em novembro de 2003 porque eu era excluído pelo dirigente da associação. Porque eu era uma pessoa rebelde e não aceitava o que eles queriam, até o dia que eu encontrei mais 2 pessoa que partisse comigo e lutamo. Agora tá bom demais! Mais de primeiro era quase ditado. Somente através do técnico, sem associação nenhuma. Ele simplesmente aprova o projeto e a pessoa...Fui no banco com o criador do gado e comprei. Se não deu certo foi fracasso meu mesmo. Não foi sucateado como dos outro. Se eu me enganei foi por minha vista mesmo. As pessoa foram obrigada a aceitá os que os outro queria pegá por aquele preço. Eu não, peguei do preço que eu queria. Fui sim 1, 2, 3 e depois em comprei. Não teve acompanhamento técnico, nem orientação nenhuma. Quem disser tá mentido! A gente procurou se informar até no Banco do Brasil sem ser através da associação. Abre conta-corrente, repassa para a conta da loja, com um vendedor do gado. Até não foi feito vistoria pelo banco no lote. Acho falta de querer das pessoa, de manter a responsabilidade. Foi aquilo que eu quis, não foi mal, foi bom o projeto. Ainda não comecei a pagar, venceu em novembro de 2007 (Sebastião, 44 anos).

Para o agricultor, o PRONAF “A” significou a liberdade nas decisões de atividades desejadas para o seu lote e desconfiança nas relações entre os representantes de instituições, entre elas, a associação.

Porém, a atividade de interesse fica à margem quando comparada com o investimento financiado, mesmo a partir de 2002, ano em que o PRONAF passa a ser individual, como expressa Salomão. A implementação de políticas, como a do

²⁶ Esses pacotes se referem aos projetos fruto de experiências, como da Empresa Brasileira de Pesquisa (EMBRAPA) e inseridos nos financiamentos de crédito, como o PRONAF, em atividades de plantio pré-estabelecido (maracujá, banana ‘*misoure*’). Na elaboração, os técnicos não consideraram a capacidade de pagamento do investimento, tampouco a demanda do mercado e a trajetória das famílias envolvidas à época, início do FNO (1994/95), causando inadimplência, e o mesmo se aplica também ao PRONAF “A”.

crédito PRONAF “A”, gerou uma diversidade de situações no Assentamento 1º de Março (desorganização social, prejuízo financeiro) e dentro das famílias (separação conjugal), em consequência entre o ideal do programa de fortalecer a agricultura familiar, com acesso a relações dos tempos modernos, como os bancos, e o real desejo dos beneficiários, de reproduzir a cultura dos laços de família, como criar, plantar e administrar, como alude Ivan:

PRONAF Grupo de 11: gado, café, cupu mais deu mal administração e não deu nada. Grupo mal organizado... nós num tinha um técnico pra orientá. Aí, um puxou prum lado, puxou pro outro. Aí ficou mal orientado. 10 gado, fiquei pagando aluguel e hoje permaneço só com lote e a casa. Aí dividi tudo com a fãmia, com a primeira fãmia natural. Sempre morando junto há mais de 20 a... eles chegaram a lutá junto com eu. Torrei tudo! Me desintindi com a fãmia. Cada um puxa pra uma banda, aí se dismantelô. Se tivesse orientação, de união, aí talvez tinha dado certo. O PRONAF foi uma coisa muito boa pra mim pagá, porque ficou só a conta pra mim pagá! Ficou só, só a dívida! Fiquei endividado assim, proposta do grupo que era trabaiá junto, mais lá dentro – INCRA em Brasília, era tudo individual... Eu fazia parte da coordenação de fãmia. Na hora de butá em prática, era individual... aí acabou a união (Ivan, 52 anos).

Para este agricultor, gerou atritos no seio familiar, endividamento e desconfiança nas relações externas e internas. Tal fato constitui parte dos significados desta experiência para as famílias, entre os anos de 2000 e 2005, com participação das prestadoras de serviço COOMARSP e JVA Rural situadas em Marabá, com contratos firmados em convênio com o INCRA/SR-27 e recursos oriundos do MDA pelo Governo Federal.

Entre as famílias que receberam os recursos para investimento, independente da época, as atividades financiadas com frequência foram a aquisição da pecuária leiteira (matrizes e touro), construção de cerca e de represa (açude). Isto significa que as intervenções (HÉBETTE, 2002, p. 293-296) convergem para uma economia de mercado no bojo do fortalecimento da agricultura familiar. As famílias fazem parte, como (ex)membros de associações, sindicatos, cooperativas numa estruturação dos programas com abertura de mercado voltado para recursos monetários, assistência técnica e infraestruturas básicas (estrada) com objetivo de aumentar a produção, as rendas como meio de assegurar o bem estar de seus membros na família.

O resultado dessa prática, que envolve também, o funcionamento das organizações denuncia a apropriação dos recursos vindos de fora e conseqüentemente, as relações de clientela nas instituições e comércio de produtos agropecuários:

O dinheiro já vem limitado do banco. Ainda não tive orientação técnica. Tive fiscalização do banco mais não foi no lote, foi aqui mesmo [na Vila]. Foi um mal negócio porque o dinheiro dele num dá: vem muito sal. Dinheiro cai na conta da Cooperativa. Presidente recebe 2% desse dinheiro (Mário, 65 anos).

Com isso, pressupõe-se a ênfase para produtores de mercado (HÉBETTE, 2002, p. 299), isto é, produtor que trabalha para o mercado e cuja atividade de produção objetiva o aumento da renda bruta oriunda da venda, tendo em vista compras, tanto dos meios de produção e dos produtos consumidos pela família. A lógica alude que as famílias estão presas a um movimento de reprodução familiar e de acumulação que se acompanha, a um tempo do esgotamento da matéria-prima – a terra, e são levadas a vendê-la e a comprar uma de maior extensão e mais distante, característica do ciclo de ampliação do processo de reprodução e de acumulação do capital.

Os significados do PRONAF “A” tanto em grupo como individual recaem em três tipologias de famílias (Quadro 4): as que são cadastradas, as que compraram e as que são de retomada de lote.

AQUISIÇÃO DO LOTE	QTD. DE FAMÍLIAS	SIGNIFICADOS DO PRONAF “A”
Compra	05	Dívida, experiência, autonomia, responsabilidade, investimento
Cadastro	21	Dívida, experiência, insegurança, autonomia, irresponsabilidade, investimento
Retomada	09	Dívida, experiência, insegurança, irresponsabilidade
TOTAL	35	

Quadro 4: Tipologia de situações dependentes dos significados vividos para famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.

Fonte: Ducilene Melo da Silva, fevereiro de 2008.

A associação desses dados com os significados do investimento advindo com o recurso do PRONAF “A”, representa uma experiência entre as formas de aquisição do lote, para todas as famílias. Essa experiência em parte, resulta da falta de experiência com a lógica de mercado - relação de negócio entre o agente financeiro – e também com a falta de experiência em trabalhar esse investimento envolvendo pessoas estranhas, tanto na elaboração do projeto, como na atividade financiada,

seja no lote da família, ou no lote de outrem, com dias e horários ‘combinados’ e registrados em cadernos. Atores inesperados, seqüência de ações inesperadas levam a significados nem sempre compreendidos e controlados. Esse mecanismo de “controle” (WEBER, 1978, p. 27-28) resgata um tipo ideal de uma organização com base na burocracia, tanto por parte dos indivíduos inseridos nos grupos de trabalho, ou nos, financiados para atividade individual, mas em ambos os tipos, há contrato formal com o agente financiador. Também, existe, o contrato informal, no PRONAF “A” grupo como, no acordo por seleção de quem será incumbido de participar das atividades, conforme o dia e hora marcados. Aquela burocracia, antes de ser rotina, é uma imposição “oficial” em grande parte “não familiar” ou estranha.

A falta do cumprimento dessas normas formais, como o pagamento das parcelas em dia, ou informais, como a participação nas atividades (Quadro 5), enseja conflitos, inseguranças, endividamentos por serem parte de um jogo onde o mais fraco ou alguém tem que perder. Numa organização (FRIEDBERG, 1995, p. 275) que se define, como conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com o objetivo de assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros para o alcance de suas finalidades, preciso de motivação entre os seus pares. Mas, embora por parte do banco haja “incentivos” através do rebate (desconto) àqueles que pagam em dia, o firmado no contrato, isto não é o suficiente para os indivíduos envolvidos, a obrigação (dívida) recai sobre o proponente do recurso, a família ou o grupo doméstico.

AQUISIÇÃO DO PRONAF “A”			
GRUPO		INDIVIDUAL	
Nº de Família	Atividades Financiadas	Nº de Família	Atividades Financiadas
5	Gado, peixe, granja, porco, açude	2	Cerca, estaca, gado, açude
1	Cupuaçu, café, porco	4	Gado
2	Cerca, estaca, gado, açude	1	Açude, gado
4	Granja, gado, pimenta-do-reino, banana, cupuaçu, café, coco	2	Açude, gado, cerca
3	Gado, animal, cerca, açude	2	Gado, açude, arame
5	Granja, gado, açai, café, pimenta-	1	Represa, cerca, gado

	do-reino, cupuaçu, banana		
		1	Gado, lavoura branca
		1	Gado, arame
		1	Gado, cerca
SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS JUNTO AO BANCO			
Adimplentes	3		5
Inadimplentes	17		2
Em carência	-		7
Quites	-		1
Total	20		15

Quadro 5: Tipologias do PRONAF “A” e atividades financiadas para as famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.

Fonte: Ducilene Melo da Silva, fevereiro de 2008.

Por outro lado, os significados também revelam experiência entre as famílias beneficiadas com o PRONAF “A”, mesmo entre as que compraram o lote e encontram-se também cadastradas na instituição responsável em área de reforma agrária. Para elas, a forma pela qual chegaram no assentamento, não as excluiu desse processo, tanto que, se comparam no relato de vida (serem filhos de agricultores) de suas experiências (ser pescador, agricultor(a), garimpeiro) tendo autonomia para escolher em que investir e no tipo da qualidade do animal (gado), assim como, em outro objetivo que atenda a necessidade imediata da família – compra de moto, casa na Vila do Assentamento 1º de Março, numa visão empreendedora, de emancipação, porém clandestina: marginal ou não esperada, conforme o relato do Senhor Edson, pois o,

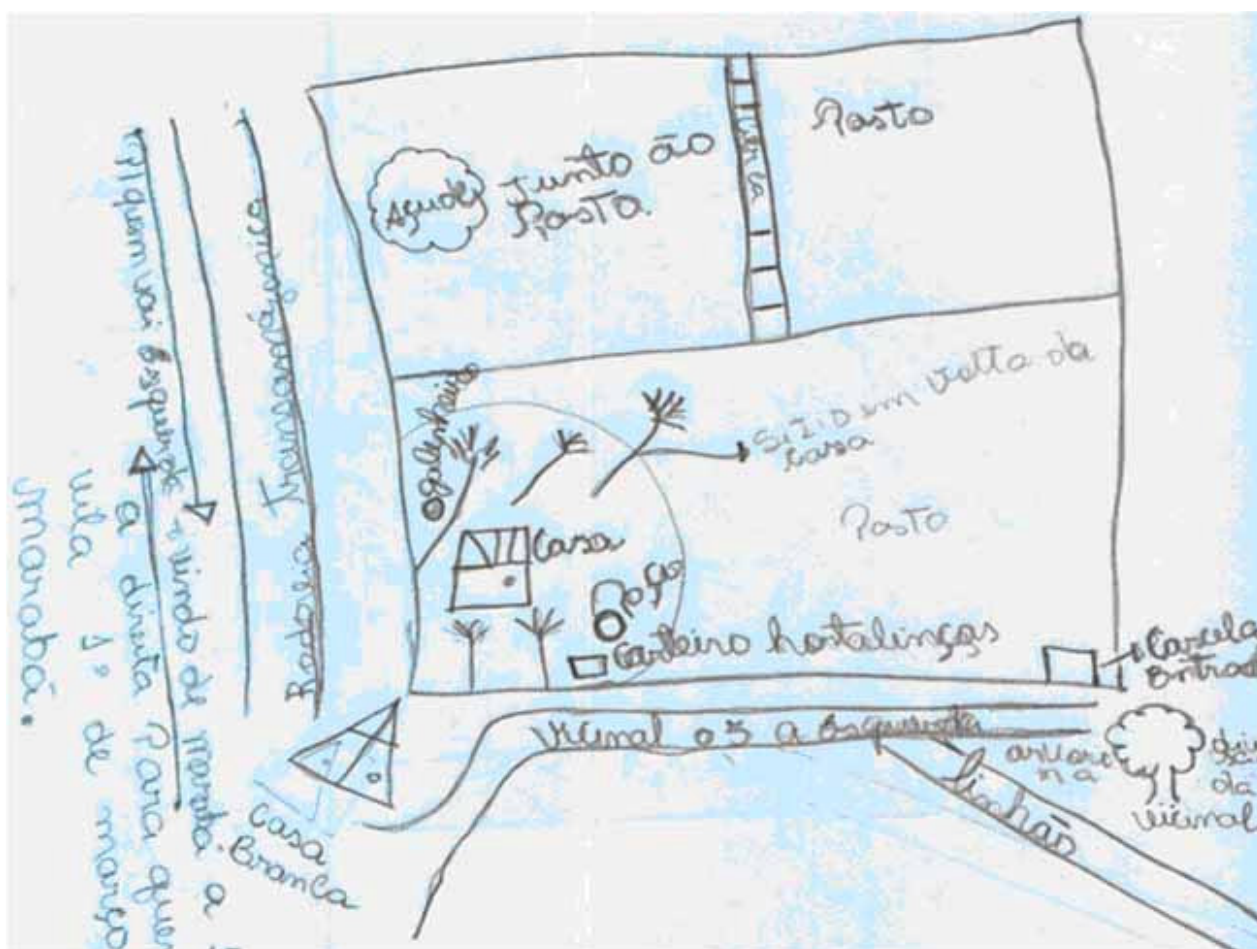
PRONAF A individual...logo fui se desfazendo: a gente investiu em outra coisa. [A gente] comprou uma moto tentando melhorar a condição. A gente comprou um terreno e o resto, a gente aplicou na agricultura mesmo. Orientação mesmo só na hora de comprá e pronto! Se hoje eu num tô com gado foi uma questão de investi mesmo em outra coisa, né? (Edson, 36 anos).

A questão passa então pelo âmbito da historicidade, do controle das ações habituais, dos significados, tipo de atores envolvidos numa instituição cuja realidade tem momentos de reciprocidade, bem como de estranhamento que são partilhados ou não entre os membros do grupo social. Os significados são marcados a partir de sua trajetória num lugar e espaço inerentes a cada um, conforme a necessidade imediata dos indivíduos que compõem o Assentamento 1º de Março. Neste aspecto, considerar esses elementos do contexto dos atores importa para interpretar seus significados na realidade deles.

6. INTERPRETAÇÃO DOS SIGNIFICADOS DO PRONAF “A”, A PARTIR DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO

Não tinha experiência com crédito. Se eu tivesse experiência... Deus me livre de pegá um troço desse. Eu pegaria se eu pudesse pegá eu sozinho mesmo, individual (João, 33 anos).

A preocupação com o saber local mostrou-se em todos os capítulos. Esta preocupação sempre teve um sentido de ver a realidade (GEERTZ, 1997), a partir da interação com outras pessoas; percebe-se que as suas formas de saber são locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus grupos, como expressa João, o fato de desconhecer as dificuldades de administrar um negócio com estranhos. Assim, a interpretação dos significados se faz a partir do acúmulo de conhecimentos anteriores à inserção no campo cujo estranhamento se desfaz ou aumenta, a partir do olhar do outro por não ser familiar. O esforço por entender o outro, que é diferente, conduz a uma hermenêutica cultural com técnicas (Desenho 3) que possibilitam chegar a conhecer o outro por sua identidade local.



Desenho 3: Lote no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.
Fonte: Luciana, técnica agrícola da COOMARSP, janeiro de 2008.

O discurso feito, a partir dos relatos dos outros atores, compõe o que ouvi e recolhi durante a estada de trinta dias, em janeiro de 2008 no Assentamento 1º de Março, em São João do Araguaia no Estado do Pará, elementos que nos leva a ver-nos como os outros nos vêem na construção do todo social. Desde o início da constituição do assentamento, houve a intermediação de representantes de distintas organizações, a exemplo, CPT, MST, INCRA, mas não de modo suficiente para romper a fragilidade que ainda existe entre as famílias beneficiadas com o crédito PRONAF “A”. A maneira de produzir associa-se à mão-de-obra familiar com uso de enxadas no preparo da terra, no plantio de quiabo, maxixe, alface, abóbora, arroz, feijão, milho, criação de animais, galinha, porco, carneiro com recurso próprio. Mas, quando a família mora na vila ou no lote, há outras atividades com investimento do crédito rural, como a criação de animais, galinha, peixe, porco, gado e a aquisição de equipamentos, motoserras; fungicidas, herbicidas ao se considerar a experiência do PRONAF “A” na forma de trabalho coletivo nos períodos de 2000 a 2002.

As razões apontadas para o não investimento na produção de atividades diversificadas com mão-de-obra familiar ligam-se à ausência de incentivo técnico, apoio numa linha de crédito rural que contemple esses itens na forma de contrato individual com o agente financeiro, a partir de 2003. Essa fonte de recurso trouxe muitos problemas para os tomadores de crédito (HÉBETTE, 2004, p. 65) ao contemplar mais os interesses dos capitalistas do que dos camponeses, na compra e não uso, ainda hoje, de suplementos agrícolas a mais, na loja indicada, de animais, com o vendedor indicado, sem autonomia por parte das famílias, do poder de escolha. Aquelas que se deixaram seduzir pelo crédito subsidiado estão hoje, desesperadas diante da dívida, como:

“O PRONAF, se arrependimento matasse eu já tinha morrido já. Se a pessoa não subê o que tá fazendo.... se eu tivesse pegado o que eu queria... Eu me arrependo. Com fé em Deus eu quero liquidá (Diego, 49 anos).

Em diversas ocasiões nesse estudo, foram feitas referências a respeito dos mediadores em todos os relatos das famílias beneficiadas com o recurso do PRONAF. De acordo com os relatos – das famílias e dos mediadores -; a ausência do INCRA na resolução dos problemas é o fator responsável pelo insucesso desse investimento. As principais questões apontadas são a omissão no tocante às

irregularidades, como o arrendamento disfarçado, o plantio e/ou criação de gado em outro lote (vizinho, compadre, filho), o abandono e venda de lotes, o aluguel de casas na vila para pessoas tanto da cidade como do assentamento, o aluguel de pasto, a presença esporádica dos servidores do INCRA/SR-27 no assentamento, ocorrendo somente na fase da implementação de alguma nova norma, a exemplo, da composição de técnicos no escritório local das prestadoras de serviço, credenciadas no INCRA/SR-27, e de sua infraestrutura de equipamentos de serviço para assessorar as famílias junto às suas atividades nos lotes. Ausência também, no tocante à resolução de questões referentes ao crédito, às dívidas, à comercialização dos produtos e às formas organizativas, como a associação e cooperativa.

De um lado, o INCRA é visto como alheio às questões das famílias; a omissão é interpretada como sendo um jogo dos espertos onde os representantes deste órgão são os culpados em parte pelos acontecimentos. A ideologia (SILVA, 2003, p. 145) da culpa pode ser percebida quando atribuem a responsabilidade ao INCRA, enquanto os outros, famílias, técnicos, presidente da associação e da cooperativa dos trabalhadores rurais eximem-se de auto-examinarem suas próprias ações. Por outro lado, algumas famílias reconhecem a importância do investimento com recurso da linha de crédito PRONAF “A”, quando assumem a responsabilidade do insucesso ou sucesso do investimento em outra finalidade, a exemplo, compra de moto, casa na vila.

Quanto aos projetos do governo federal, as críticas revelam que se tratam de projetos que fragilizam a reforma agrária, porque mesmo com a obtenção de crédito do PRONAF “A” na forma individual não representam mudanças para as famílias, pela falta de autonomia para escolher as atividades a financiar. Entre os motivos (Quadro 6) apresentados pelas famílias, a falta de conhecimentos administrativos, falta de formação e conhecimento técnico para desenvolver as atividades, falta de prática em relação às atividades (MONTEIRO, 2005, p. 32-38), dificuldade e desconhecimento em trabalhar no sistema coletivo, ter mais fiscalização em relação à aplicação dos recursos do governo federal através das instituições, bem como, do MST, falta de formação e conhecimento técnico, falta de técnicos mais capacitados para o empreendimento, visitas técnicas por ocasião da elaboração dos projetos de captação de recursos e depois da aprovação do mesmo, falta de compromisso e

dedicação por parte de algumas famílias, significando a falta de unidade entre os atores, representada por ações de confiança e reciprocidade, respeito, consideração entre todas as pessoas que fazem parte do mesmo espaço comum.

MOTIVOS DOS SIGNIFICADOS	%
Falta de conhecimento	85,71
Falta de experiência prática	92,29
Dificuldade/desconhecimento em sistema coletivo	57,14
Falta de técnicos mais capacitados	100
Visitas técnicas	100
Falta de compromisso/dedicação	100

Quadro 6: Motivos apresentados pelas famílias do Assentamento 1º de Março, em São João do Araguaia, Pará.

Fonte: Ducilene Melo da Silva, fevereiro de 2008.

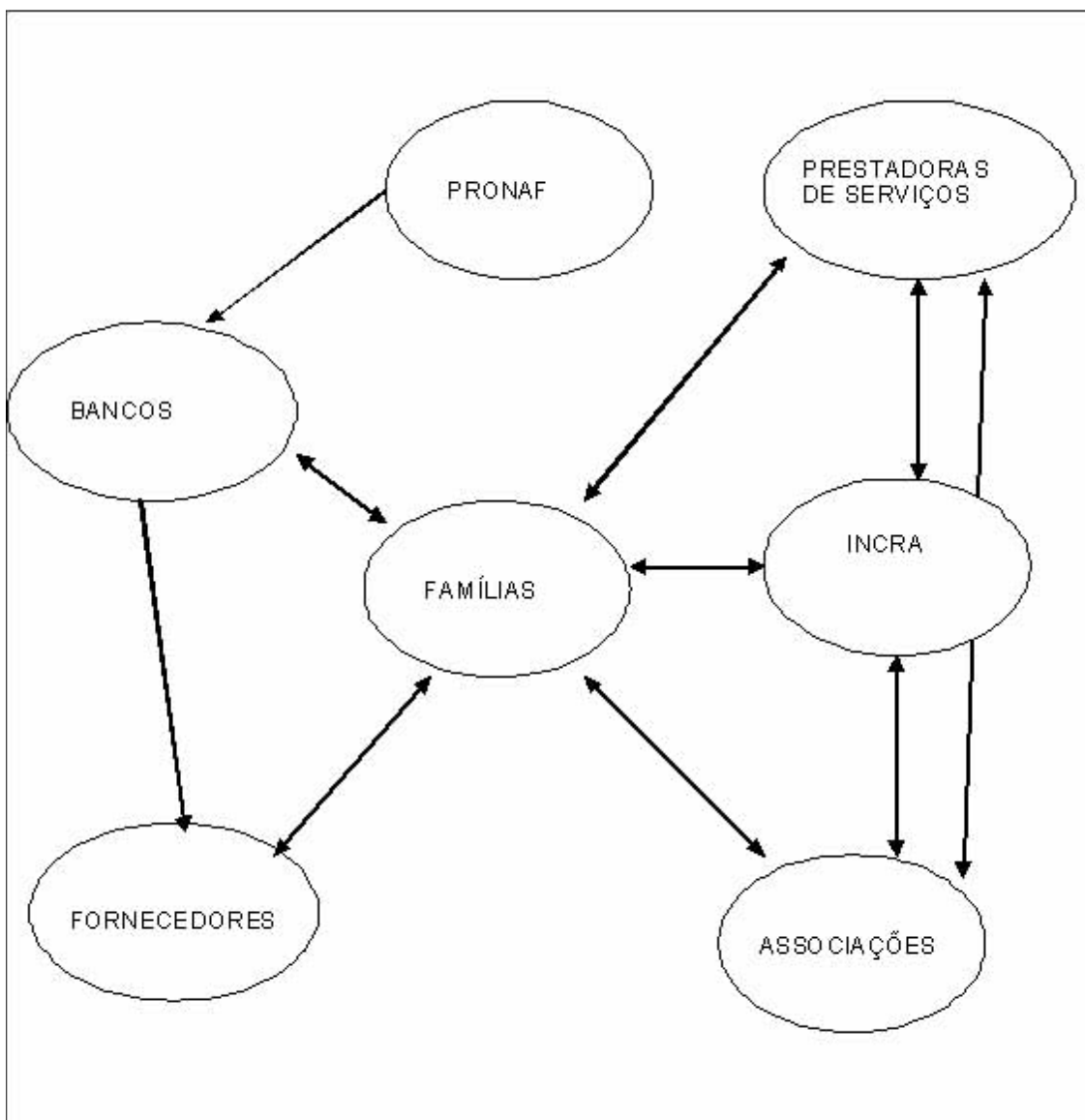
Esta realidade é comum em áreas de assentamento (SILVA, 2003, p. 146) oficial de reforma agrária e põe em risco a reprodução social do pequeno agricultor, já que ele está imbuído de uma lógica produtivista, que não leva em conta outros elementos constitutivos da agricultura familiar, a sazonalidade do trabalho, a diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho. Na visão dos mediadores, as contradições inerentes à reprodução da agricultura familiar no contexto das relações capitalistas são invisíveis, equivocadas e acabam se manifestando também nos projetos implantados por eles no assentamento, em muitos dos quais restam apenas sombras, as telhas, resíduos das pocilgas, represa, açude, alguns pés de café, de cupuaçu, coco, como lembrança de um passado recente.

De qualquer forma, a ausência do poder do Estado no assentamento, identificado no INCRA, precisa ser analisada no âmbito de suas contradições entre governo e movimentos sociais, governo e classes dominantes, sobretudo nos setores de compra e venda que detêm o poder sobre as famílias menos esclarecidas sobre a questão do crédito PRONAF “A”.

Estas famílias não podem viver na sombra de um “poder iluminado”, isto é, em algo apenas reflexo de um corpo real (SILVA, 2003, p. 147-149), que não é visto nem entendido, como no mito da caverna, descrito por Platão. As famílias que enfrentam insegurança das informações técnicas saem em busca de informações, seja em grupo ou sozinhas, em bancos como o do Banco do Brasil (agência de Marabá) ao mesmo tempo, que procuram seguir a orientação dos técnicos, afirmam

estar pesquisando, isto é, descobrindo, por meio da conversa *in loco*, o meio para obtenção e administração do investimento.

Essa socialização em redes informais é essencial não apenas para a garantia da sobrevivência no assentamento, como também para a produção de um processo de desalienação em relação ao seu conhecimento entre os pares. Residem aí as bases para um novo processo de ressocialização do grupo familiar e também dos demais participantes desse programa de crédito rural (Fluxograma 1), uma vez que as bases de convivência não são pautadas pelas disputas e discórdias, e sim no intercâmbio de saberes, fundamento de uma interpretação sobre a realidade.



Fluxograma 1: Círculo de interações das famílias do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará.

Fonte: Ducilene Melo da Silva, fevereiro de 2008.

As redes de informação e formação começam desde o meio de comunicação divulgado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) na época do lançamento do plano safra, no jornal da agricultura familiar, rádio nacional de Brasília no horário das 19:00 horas em Brasília. Também se espalha nos corredores do INCRA/SR-27 nos setores SIPRA, PRONAF nas visitas dos representantes das prestadoras de serviços, COOMARSP, JVA Rural e em seguida nos agentes financiadores, Banco do Brasil e Banco da Amazônia, agências em Marabá. Segue o círculo, até os representantes da associação e cooperativa existente no assentamento. Por último, as famílias para cadastro de informações no sistema das prestadoras e também, segundo o modelo de projeto dos bancos. A elaboração de projetos para apreciação das atividades a financiar com o recurso do PRONAF acompanha os documentos (registro de identidade, cadastro de pessoa física, certidão de nascimento e/ou casamento, declaração de aptidão) dos futuros clientes do crédito rural.

Este caminho persegue as famílias até a primeira liberação das parcelas e prossegue nas posteriores, conforme o andamento das atividades. A liberação depende da aprovação do projeto e da não existência de pendências de documentos por parte das famílias. Aprovado o projeto e com todos os documentos em dia, o cronograma apresentado na cédula rural, quando da assinatura do proponente (a família) e da execução do que é planejado garante a fatia do 'bolo' para os envolvidos nesse círculo

e as conseqüências desses elementos da construção do empreendimento são grandes, pois, as famílias menos esclarecidas têm dificuldades em compreender essa teia do crédito PRONAF "A". O custo para as famílias servem como elemento auxiliar de sua administração (HOFFMANN, 1984, p. 8) na escolha dos cultivos, criações e das suas práticas utilizadas. Para o governo e entidades de classe fornece subsídio à formulação de políticas públicas, quando do lançamento do recurso do plano safra, considera a demanda e o montante à jusante da agricultura familiar, como necessidade de crédito e apoio técnico.

Numa intervenção, os sistemas de produção praticados pelas famílias são produto de uma gestão (WAMBERG, 2007, p. 2) dos recursos, tamanho do lote, reserva da mata nativa e/ou capoeira, distância e acesso aos centros, circuitos de

comercialização, força de trabalho familiar disponível e acúmulo de experiência agrícola. As famílias em sua maioria constituem-se de pai, mãe, filho, neto em idade escolar e, não ultrapassa sete pessoas no grupo. Os de maior idade deixam o lar, por casamento, trabalho fora do assentamento e desfalece o trabalho familiar.

Outros fatores influenciam o desempenho da produção do estabelecimento familiar, a organização da comunidade, sua participação nas decisões e atividades coletivas, sua coesão social. Esses fatores limitam os potenciais do lugar e das famílias na hora de propor atividades que possam melhorar a renda e a qualidade de vida familiar e, são chaves na interpretação dos significados do PRONAF "A". Assim, a possibilidade de acesso ao crédito PRONAF "A" por intermédio de agentes externos foi um elemento impulsionador para as diferentes visões das famílias do Assentamento 1º de Março sobre a forma de ver, sentir e agir com a linha de crédito deste programa do governo federal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas no sudeste paraense a partir da ação do Estado refletem nas condições sociais e de vida das famílias assentadas em áreas marcadas pelas pastagens, fruto dos anos de 1990. As lembranças de luta pelo acesso à terra, ao crédito subsidiado com assistência técnica dá lugar para criação de formas representativas jurídicas local: as associações por exemplo, operam como meio de comunicação entre as esferas do governo e os cidadãos.

Essas mudanças alteram as relações familiares ao comparar as experiências anteriores ao assentamento, na forma de trabalho sem mediação externa estranha, sem contrato formal nas atividades produtivas de criação de animais, de plantio. Aos poucos as famílias que antes eram alijadas do acesso ao crédito rural por não pertencer à clientela socioeconômica de áreas oficiais de reforma agrária estão inseridas numa relação capitalista onde o nome tem um peso, e a falta de compromisso com o agente financeiro, as reconhece com o nome de “inadimplente”, “nome sujo”, riscos para o presente e para o futuro.

Como se não bastasse, a obtenção do recurso para investir em determinadas atividades no estabelecimento familiar impera no jogo de poder, onde o saber de informação garante os interesses dos mais fortes, mais experientes, mais rápidos nas idéias entre o querer e o fazer numa área limitada a alqueires, espaço determinado para garantir a produção e a manutenção da prole familiar. De todas as experiências vivenciadas no Assentamento 1º de Março, o crédito PRONAF “A” contribui para o aperfeiçoamento do jogo de interesses da lógica do capital e das máscaras dos diferentes atores envolvidos no processo do poder de barganha que se faz e refaz com novas roupagens no mundo rural.

Esse mundo rural hoje se molda nas operações de crédito resquícios do FNO, com projetos elaborados a partir do que é mais fácil, mais rápido quanto ao retorno do investimento sem considerar o saber, a experiência, tradição do futuro credor, os sistemas produtivos, o tamanho do lote a ser implantado o investimento. Contudo, encontra-se entre as famílias beneficiadas com o recurso do PRONAF “A” significados que geram esperanças de um dia poderem obter o crédito rural a partir

do que é possível fazer com o solo, considerando também aspectos de comercialização e de suas experiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABE, Marlene Naoyo. **Mártires de Abril: O MST semeando a utopia camponesa.** Belém: UFPA – Centro Agropecuário/EMBRAPA – Amazônia Oriental, 2004. 199 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável).
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais.** São Paulo [s.ed], 2001.
- ASSIS, William Santos de *et al.* Crédito. In: **Relatório de monitoramento sócio-econômico de projetos de assentamento no Sul e Sudeste do Pará.** Marabá:INCRA/SR-27, mar., 1999.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BITTENCOURT, Gilson Alceu *et al.* **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Coordenado por Carlos Guanziroli. Brasília: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1999 (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO; nº 6).
- BRASIL. **Estatuto da terra** – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília, DF, 1964.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998. Disponível em <http://www.daterra.org.br>. Acesso em 10/01/2007.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: **Desvendando máscaras sociais.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1980.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém: EDUFPA, 2002.
- COSTA, Fernando Bastos. Ambiente institucional para financiamento do PRONAF B no Rio Grande do Norte. Capítulo 3. In: **Ambiente institucional no crédito rural: avanços e retrocessos.** Natal, outubro de 2005.

COSTA, Francisco de Assis. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000.

D'INCAO, Conceição; ROY, Gerard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 95).

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas S/A, 1984.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Cabresto. In: **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

FREIRE, Geórgia Silva *et al.* **Plano de desenvolvimento do Assentamento 1º de Março**. Marabá: INCRA/MDA/COOMARSP, 2006.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997.

FRIEDBERG, Erhard. Organização. In: **Tratado de sociologia**. Boudon, R. (dir.). Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GASQUES, Júnia Cristina P. R. da Conceição *et al.* **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes/FASE, 1990.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, 2002. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/artigo/AO6A169.pdf>. Acesso em 19/09/2007.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

_____; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). A agricultura familiar nas frentes de colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas. In: **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

_____. A modernização do mercado consumidor. In: **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

HOFFMAN, Rodolfo. **Administração da empresa agrícola**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

INTINI, João Marcelo. **Luzes e sombras - negação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará**: um estudo sobre as políticas para a reforma agrária e agricultura familiar. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário, EMBRAPA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNESP, 2004.

LENOIR, Remi. Inconsciente semântico e objeto pré-construído: a família. In: **Iniciação à prática sociológica**. (MERLLIÉ, Dominique. et al.; TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas (tradução)). Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LIRA, Antonio José. **Crédito agrícola familiar**: a visão dos beneficiários do FNO no Município de Santo Antônio do Tauá. 95 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, EMBRAPA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Associações camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In: **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

MANESCHY, Maria Cristina. Transformações sociais no nordeste paraense, da colonização aos nossos dias. In: **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA/CFHC, 1993.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anônima. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: I – Feuerbach. (Tradução: BRUNI, José Carlos; NOGUEIRA, Marco Aurélio). 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATTEI, Lauro. Programa nacional de agricultura familiar (PRONAF): concepções, abrangência e limites observados. In: **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 2001. Belém: UFPA.

_____. PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

MEKSENAS, PAULO. Karl Marx: vida e obra. In: **Aprendendo sociologia: a paixão de conhecer a vida**. 7ª edição. São Paulo: Loyola, 1995.

MICHELOTTI, Fernando; RODRIGUES, Francisca Nívea C. de V. **Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá**. [S.l.:s.e.]. 200-?.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual dos assentados e assentadas da reforma agrária**. Brasília, 2001.

_____. **Plano safra – 2004/2005**.

MONTEIRO, Dion Carvaló. **Estudo sobre a organização da produção em áreas de assentamento no Sudeste do Pará**. 2004. 115 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

MOURÃO, P. L. Os impactos dos projetos financiados pelo FNO-especial nos sistemas de produção familiar do Estado do Pará. In: **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000.

MUCHAGATA, Márcia *et al.* **Políticas agrárias e ambientais na Amazônia Oriental: impactos e participação da sociedade civil**. DFID-ODG-UEA/LASAT-UFPA/IMAZON/COPATIORÔ, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** (2006, no prelo).

OLIVEIRA, Dvandro Pedro de. **Mudanças nos parâmetros técnicos dos projetos de crédito rural: o caso dos projetos de assentamento no Sudeste do Pará**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - NEAF, EMBRAPA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia César de *et al.* Políticas de apoio à agricultura familiar e evolução no sistema agrário no Sudeste do Pará. In: **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Portugal: Celta Editora, 1998.

PEIXOTO, Lecir. Crédito rural para agricultura familiar: o caso do FNO Especial – PRORURAL na Transamazônica. In: **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. v. 1, n. 1 (1996). Belém:UFPA/CCA/NEAF, 2004.

REYNAL, Vicent de *et al.* **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Guadalupe: LASAT, DAT/UAG, GRET, 1996.

RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SARACENO, Chiara. A família como construção social. In: **Sociologia da família**. Editorial Estampa, 1997.

SCHMITZ, Heribert. Considerações teóricas sobre a pesquisa em sistemas de produção e a participação dos agricultores na introdução de novas tecnologias. In: **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. v. 1. n. 1, 1996. Belém: UFPA, CAP. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, 1996.

_____. Perspectivas da assistência técnica para a agricultura familiar. In: **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

SCHNEIDER, Sergio Silva; CAZELLA, Ademir A.; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas públicas e participação social no Brasil**. (Orgs.) SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. Moruzzi; CAZELLA, Ademir Antônio [et al]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PRONAF reforma agrária ou PRONAF – Grupo**. Primeira Cartilha/INCRA - RN, agosto, 2002.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Maria A. Moraes. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Coordenado por José de Souza Martins et al.. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Marizete Fonseca. **Pensar o trabalho é pensar a vida: as dimensões da formação na pedagogia da alternância da escola família agrícola de Marabá**. In: Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento. Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. v. 1, n. 1 (1996). Belém: UFPA/CCA/NEAF, 2004.

SIMÕES, Aquiles. Novas competências para a ATER: o desenvolvimento rural visto como diferentes regimes de ação. In: **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracajú, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

THINÈS, Georges; LEMPEREUR, Agnes. Significação. In: **Dicionário geral das ciências humanas**. Lisboa, Edições 70, 1984.

TURA, Leticia Rangel. Notas introdutórias sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento e sua configuração na Região Norte. In: **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.



_____. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1981.

WAMBERG, Emmanuel. **Propostas de metodologia, planejamento do PDA**. Marabá, 2007. (mimeo).

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. TEDESCO, João Carlos (Org.). In: **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 1999.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: **Sociologia da burocracia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANEXOS

	<p>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27)</p>	 BRASIL GOVERNO FEDERAL
---	--	--

OFÍCIO CIRCULAR/INCRA/SR27/GAB/Nº 2105/05 Marabá/Pa, 15 de setembro de 2005

Prezado Senhor,

Em 2002 alguns Projetos de Assentamentos foram contemplados com o PRONAF A. Em consonância no Manual da Política Agrícola para a Reforma Agrária, Capítulo V, inciso 13, alínea "j" cabe às entidades prestadoras de assistência técnica, disponibilizar o acesso aos técnicos do INCRA, dos seguintes documentos:

- Cópia dos projetos;
- Laudos técnicos.

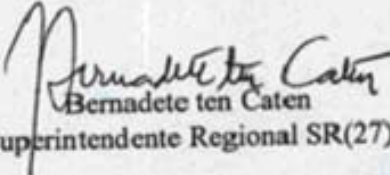
Diante do exposto, solicitamos com maior brevidade as informações acerca dos beneficiários do PRONAF A:

PROJETOS CONTRATADOS/EFETIVADOS EM 2002

MUNICÍPIO	PA	Nº FAMÍLIAS	PRESTADORA	AGENTE FINANCEIRO
São João do Araguaia	1º Março	24	COOMARSP	BB
Eldorado do Carajás	17 de Abril	25	COOMARSP	BB

Na oportunidade, disponibilizamos os telefones 3324 1216; 1752; 2713 ramal 229 (ATES/INCRA/SR-27) para contato com Ducilene Melo, em caso de dúvida.

Atenciosamente,


Bernadete ten Caten
Superintendente Regional SR(27)

Vandeilson dos Santos Carneiro
Coordenador da COOMARSP

ANEXO B – Portaria N.181 de 29/04/1998 (Compra e Venda de Imóvel Fazenda São Tomé)

O CHEFE DO GABINETE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, usando da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 3.082 DI-SPC, de 28 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial de 31 de setembro, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18031000943242FA, resolve:

1.282.- Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora MARIA DE JESUS FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº 0660855, ocupante da vaga de Arquêsofa, Cédula AR-2395, Nível Superior, Classe "A", Padrão II, do Quadro de Pessoal deste Estado-Maior das Forças Armadas, com fundamento no artigo 186, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos arts. 186 e 187 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no artigo 11 da Lei Delegada nº 22, de 27 de agosto de 1962, art. 8º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 2º da Lei nº 8.111, de 11 de julho de 1994, observado o art. 1º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais disposições a que tiver juízo.

Destacar vaga e referido cargo.

O CHEFE DO GABINETE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, usando da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 3.082 DI-SPC, de 28 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial de 31 de setembro, e a disposição do Decreto nº 234, de 21 de outubro de 1974, observado pelo Decreto nº 435, de 10 de junho de 1993, e artigo do Decreto nº 404, de 27 de fevereiro de 1992, e o Decreto nº 301, de 23 de agosto de 1993, resolve:

1.283.- Dispor a servidora MARIA DE JESUS FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº 0660855, do Quadro de Pessoal deste Estado-Maior, da Função de Classificação de Representação de "AUXILIAR", em descontinuidade de sua aposentadoria.

Gen. MA ROBERTO SCHIFFER BERNARDES

GABINETE DO MINISTRO EXTRA ORDINÁRIO DOS ESPORTES
Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
PORTARIA Nº 35, DE 28 DE ABRIL DE 1998

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO - INDESP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria Ministerial nº 22, de 3 de abril de 1998, resolve:

NOMEAR

EDUARDO MARTINS COSTA, para exercer o cargo de Diretor de Projetos, classe DAS III-C, da área de Programas Esportivos deste Instituto.
LUIZ PELPE ORFALCARTI DE ALBUQUERQUE

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO
DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PORTARIA Nº 177, DE 28 DE ABRIL DE 1998

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 39 do Estatuto Regimental, aprovado pelo Decreto nº 705, de 27 de setembro de 1993, constituído nos arts. 2º e 3º do Regulamento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Ministerial nº 22, de 18 de dezembro de 1993, resolve:

CONSTITUIR o Conselho de Administração do agêncio e central de assistência de destinação das áreas concessivas do INCRA, em São Paulo, conforme:

I - Conselho assessorado nos seus aspectos jurídicos: CELSO CORREIA DAS NEVES, Engenheiro Agrônomo-DC, CARLOS EDUARDO CÉSAR, Engenheiro Agrônomo - DC, CECILIO AUGUSTO MARIANO JACINTINO, Agente de Promoção de Imóveis RURAIS DE AGRAVADA, Theodor de AGRAVADA, JOSIAS MAGALHÃES DE SIQUEIRA, Theodor de AGRAVADA, SILVANO SILVA FERREIRA, Analista de Administração-DA, ALEXANDRE BATISTA DE MATOS, Analista de Administração-DC e AURÉLIO DE JESUS SILVA, Promotor-PI.

II - Dirigir as áreas técnicas e assessoria de Conselho nos aspectos jurídicos: ALEXANDRE, APTONHO DE CARVALHO, Engenheiro Agrônomo-DC, SÉRGIO LEÃO SALES, Analista de Administração-DF e LUIZ RODRIGUES COSTA, Agente de Administração-DA.

III - Dirigir para assessoria o Conselho nos aspectos de Engenharia Agrônomo CELSO CORREIA DAS NEVES e suas substituições, ou suas substituições legais e similares, CARLOS EDUARDO CÉSAR, Engenheiro Agrônomo-DC.

IV - Desenvolver que os Estatutos e o Regulamento Interno Regime das Unidades do Estado de São Paulo (19-092) e nos Unidades de Assessoria, gerando todo o tipo de apoio necessário à própria Comissão nos termos regulamentares, que serão publicados no Diário Oficial da União em prazo razoável.

V - Dirigir a parte de 50 (cinqüenta) acres para o Conselho nas unidades e de planejamento, seguindo em progresso, conforme necessidade, por igual período.

VI - Constituir comissão e Paulo RICARDO DE SAUSURE, e Paulo de São de política de São Paulo.

MELTON BELLISSIMO

PORTARIA Nº 181, DE 29 DE ABRIL DE 1998

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no exercício das atribuições previstas no artigo 26, inciso I e II, do Estatuto Regimental, aprovado pelo Decreto nº 705, de 27 de setembro de 1993, resolve:

I - DECRETAR a aquisição de terrenos pertencentes ao Estado de São Paulo, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em São Paulo, compreendendo o terreno rural denominado "Fazenda São Tomé", situado no Município de São Tomé, com área total registrada de 15.000,00 (quinze mil) metros quadrados e terreno a ser adquirido, visto a que em anexo a esta Portaria e documento nº 10.000.000 de 02/04/98, nomeados o terreno, visto a que em anexo a esta Portaria e documento nº 10.000.000 de 02/04/98, nomeados o terreno, visto a que em anexo a esta Portaria e documento nº 10.000.000 de 02/04/98, nomeados o terreno.

II - DETERMINAR que os estudos de viabilidade econômica, seja por meio de alienação de direitos e obrigações e outros aspectos que implicarem a aquisição.

III - Esta Portaria entra em vigor no dia de sua publicação, observadas as disposições em contrário.

LUIZ FRANCISCO DE NUNES FONSECA
Substituto

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
IMPEACHMENT

Um testemunho da seriedade jurídica e da serena imparcialidade da Corte Suprema

Na estrutura constitucional do presidencialismo, poucos institutos terão sido condenação tão generalizada e inclinação quanto o impeachment do presidente da República. Os escritos retratam dias particularmente dramáticos da história do Supremo Tribunal Federal, tais as circunstâncias que cercaram as sessões em que as decisões foram tomadas, as vazes, hesitações, a vida da Nação inteira ao próprio julgamento final da Mandado de Impeachment 21.564, em 22-9-97, tal importante acontecimento pelo qual a alta jurisdição para todo o País, constituída para a aplicação das leis.



Administrativa e Jurídica
Atendimento ao Cliente
P.O. Box 20.000, CEP 01091-900, São Paulo, SP
Cabeleireiro: 011-3101.1000, Fax: 011-3101.1001
FONE F.A.X. FONE F.A.X.
-0481 -0481 -0481 -0481
310.1000, 310.1001, 310.1002, 310.1003

ANEXO C – Levantamento de Campo (JVA RURAL)

J.V.A - PROJETOS AGRÁRIOS LTDA

Rua Curitiba Nº 2057 - CEP: 68.503-190 - Belo Horizonte - Marabá-PA
Fone / Fax: (94) 3321-6580 CNPJ: 07.835.963/0001-25
E-Mail: jvarural@Skorpiont.com.br

LEVANTAMENTO DE CAMPO PARA FINS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO

GLEBA OU PROJETO DE ASSENTAMENTO:

DADOS PESSOAIS:

Nome:		Apelido:	
CPF:	Nacionalidade:	Naturalidade:	
RG:	O. Expedidor:	D. Nascimento:	
Estado Civil:			

DADOS DA PROPRIEDADE:

Denominação:		Nº Lote:	
Município:		Comarca:	
Vias de Acesso:			

OUTROS:

Hidrografia: Rio () Córrego () Grotas () Outro () Perene? ()
Relevo: Plano () Suavemente Ondulado () Ondulado ()
Tipo de Solo:

BENFEITORIAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS:

Casa ()	Equipamentos nº
Curral ()	
Cerca km	

ANIMAIS: (Bovinos, Equinos, Suínos e Aves)

Vacas	Animais
Bezerros	Aves
Porcos	Outros

USO ATUAL DA TERRA:

Área total do Imóvel :

Past. Brachiaria:	Outras:	Lavouras:
Matas:	Capoeiras:	Cult. Permanentes:

Local e Data:

Assinatura do Proponente:

Empresa:



**COOPERATIVA MISTA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA DA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

Fundada em: 29 de Julho de 1997

CNPJ 02.069.392/0001-64

TV.: 7 de setembro, nº 219 B, Marabá Pioneira, cep 68500-390

Cx. 514 – Marabá – Pará Fone/fax: (94) 3212217

mailto:mstnara@skornionet.com.br

LAUDO TÉCNICO

MUTUÁRIO: APROCTRAM – ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO
1º DE MARÇO.

BENEFICIANDO:

ELIZÂNGELA REIS NEVES

ABISMAEL LIMA BARROS

MARIA DO BOM PARTO MARTINS

JOSÉ MARIA DOS SANTOS

JOSÉ CARVALHO DOS SANTOS

JACIRENE VIEIRA BIZERRA

FRANCISCO PEREIRA DIAS

MATEUS DO NASCIMENTO MORAIS

ENDEREÇO: ASSENTAMENTO 1º DE MARÇO – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
ARAGUAIA – PA.

FINALIDADE DO PROJETO: INVESTIMENTO PARA PACUÁRIA LEITEIRA.

AGENTE FINANCEIRO: BANCO DO BRASIL

PROGRAMA/ CATEGORIA: PRONAF – A

ANEXO E – Laudo Técnico (COOMARSP)



COOPERATIVA MISTA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA DA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Fundada em: 29 de Julho de 1997

CNPJ 02.069.392/0001-64

TV.: 7 de setembro, n° 219 B, Marabá Pioneira, cep 68500-390

Cx. 514 – Marabá – Pará Fone/fax: (94) 3212217

mailto:mstnara@skornionet.com.br

LAUDO TÉCNICO

Pelo presente documento, informamos que nos dias 02 e 28 de fevereiro de 2003, estivemos na fazenda **BORBOREMA**, localizada no Município de Marabá, para vistoriar 52 cabeças de bovinos, sendo 50 matrizes e 02 touros, de propriedade da Sr^a. **LUCIANA DE ABREU SILVA**.

Constatamos que:

- Os animais não apresentam sintomas clínicos de doenças infecto-contagiosas e parasitárias;
- Apresentam um bom estado nutricional e aparência saudável;
- Apresentam padrão racial de gado leiteiro.

A documentação de sanidade será fornecida pelo proprietário e seu assistente técnico.

Recebi

10/03/2003

Marabá, 06 de março de 2003.

José César de Souza
Téc. Agropecuário
CREA/PA 4073-TD



**COOPERATIVA MISTA DOS
ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA DA REGIÃO SUL E SUDESTE DO
PARÁ**

CNPJ 02.069.362/0001-64

Reforma agrária uma luta de todos!

Ofício 010/2003 – (Assist. Téc)
PARA: Banco do Brasil S/A agência Marabá.
DE: Assistência técnica do Assentamento 1º de Março.
ASSUNTO: Solicitação de recursos.


Assentamento 1º de Março, 13 de fevereiro de 2003

Prezado Senhor

Vimos por meio deste, solicitar a liberação de recurso, do Projeto de investimento do Assentamento 1º de Março, da linha de crédito PRONF "A", no valor de R\$ 1.047,50 (Um mil e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), para o beneficiário **Antonio Pontes da Silva**, para pagamento do seguintes itens.

Aquisição de estacas.....	RS	603,50
Aquisição de mourões.....	RS	60,00
Mão-de-obra.....	RS	284,50
Transporte.....	RS	100,00

Atenciosamente.


José César de Souza
CREA PA – 4.073 TD

17.07.2003


Roney de Souza Santos
Assessoria de Projetos

ANEXO G – Laudo de Vistoria COOMARSP



**COOPERATIVA MISTA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA DA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

Fundada em: 29 de Julho de 1997

CNPJ 02.069.392/0001-64

TV.: 7 de setembro, n° 219 B, Marabá Pioneira, cep 68500-390

Cx. 514 – Marabá – Pará Fone/fax: (94) 3212217

mailto:mstnara@skornionet.com.br

LAUDO DE VISTORIA

Em visitas aos lotes dos beneficiários do crédito PRONAF –A do Assentamento 1° de Março, observamos a seguinte situação:

- **Antonio Pontes da Silva** – já adquiriu 250, 05 mourões.

Assentamento 1° de Março. 17 de fevereiro de 2003



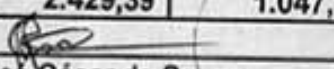
José César de Souza
Técnico em Agropecuária
CREA PA 4.073 TD

ANEXO H – Plano de Liberação de Recurso PRONAF “A” (COOMARSP)

PLANO DE LIBERAÇÃO DE RECURSO DO PRONAF A 1º DE MARÇO

Antonio Pontes da Silva

ATIVIDADE	VALOR	LIBERADO	A LIBERAR	SALDO
Estaca	1.206,00	603,00	603,00	-
mourões	120,00	60,00	60,00	-
Arame	805,00	805,00		-
Mão-de-obra	569,00	284,50	284,50	-
				-
Transporte	200,00	100,00	100,00	-
Equip. ferram.	306,00			306,00
Vac/ sais minerais	327,52			327,52
Medicamentos	139,59			139,59
				-
Matriz	5.400,00			5.400,00
Reprodutor	400,00			400,00
				-
Recuperação past.	750,00			750,00
Repreza	1.200,00			1.200,00
				-
Eventuais	576,89	576,89		-
TOTAL	12.000,00	2.429,39	1.047,50	8.523,11


 José César de Souza
 CREA PA 4.073 TD

Liberação
em 17/07/77


 José de Souza Santos
 Associação de Negócios

ANEXO I – Nota de Crédito Rural (JVA RURAL)

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - AGÊNCIA: MARABÁ - CNPJ: 049023890034-02 PRONAF

NOTA DE CRÉDITO RURAL N.º FIR-M-34021297 Valor: R\$ 11.431,62

Aos 10 dias de JUNHO de 2012 pagarei(emos) por esta NOTA DE CRÉDITO RURAL ao BANCO DA AMAZÔNIA S.A. ou a sua ordem, a quantia de ONZE MIL, SEISCENTOS E ONZE REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS, em moeda corrente, conforme FORMA DE PAGAMENTO abaixo, valor do crédito deferido para aplicação na forma do ORÇAMENTO anexo a esta NOTA.

FORMA DE UTILIZAÇÃO DO INVESTIMENTO:											
Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$
IMEDIATA	2.348,68	20/11/2002	180,00	31/12/2003	81,37						
10/09/2002	1.711,00	10/12/2002	119,00	30/04/2004	81,37						
10/10/2002	6.177,00	10/03/2003	139,00								
10/11/2002	20,00	10/10/2003	149,00								

FORMA DE UTILIZAÇÃO DO CUSTEIO:

FORMA DE PAGAMENTO DO INVESTIMENTO:											
Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.
10/06/2004	14,00%	10/04/2008	25,00%	10/06/2012	100,00%						
10/04/2007	14,00%	10/06/2010	33,00%								
10/06/2008	20,00%	10/06/2011	50,00%								

FORMA DE PAGAMENTO DO CUSTEIO:

LOCAL DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado na praça de MARABÁ - PA.

ENCARGOS FINANCEIROS: Sobre os valores lançados na conta vinculada a este financiamento, bem como sobre o saldo devedor daí decorrente incidirão encargos financeiros correspondentes à taxa efetiva de 1,15% a.a. (um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano). OS ENCARGOS FINANCEIROS serão contabilizados no último dia de cada mês e capitalizados no primeiro dia do mês subsequente, no vencimento e na liquidação da dívida, para pagamento juntamente com as prestações contratadas, proporcionalmente ao valor nominal de cada uma delas. **BENEFÍCIOS** - Sobre o valor do principal (somente para os créditos de investimento) será concedido um **REBATE DE 40%** (quarenta por cento), no ato da liquidação, se paga até a data do respectivo vencimento ou da liquidação antecipada. **REVISÃO NOS ENCARGOS FINANCEIROS** - Os encargos financeiros previstos na cláusula anterior estão sujeitos a alterações periódicas, segundo decisões do Conselho Monetário Nacional. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - Na região Norte, para remuneração da Assistência Técnica, incluída como item financiável, o(a) EMITENTE se obriga a pagar: a) 1,5% (um e meio por cento) do valor do orçamento, por ocasião da abertura do crédito; b) após o primeiro ano de vigência da operação, também, 1,5% (um e meio por cento) sobre os saldos devedores da operação, calculados e capitalizados em 30 de junho e 31 de dezembro, na liquidação antecipada da dívida ou, se for o caso, no final do tempo previsto para a prestação dos serviços técnicos. A remuneração se efetivará somente mediante a apresentação de relatórios técnicos ao BASA e à Unidade de Articulação Estadual do Programa. **INADIMPLENTO:** Na falta de pagamento, nos períodos acordados, de qualquer parte do principal, encargos financeiros e demais acessórios, o(a) Emitente perderá o rebate de 40% (quarenta por cento) sobre o principal, incidido, a partir deste momento, sobre os valores vencidos, encargos financeiros de 1,15% a.a. (um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano), acrescidos de juros moratórios de 1% a.a. (um por cento ao ano). Caracteriza-se também a inadimplência a utilização do crédito com o propósito especulativo, sem ânimo de produção, abandono de área, cessação da exploração do imóvel ou sua alienação sem prévia e expressa autorização do BASA, ou outras irregularidades, a dívida poderá ser considerada vencida por antecipação de pleno direito, tornando-se exigível de imediato, a partir da primeira utilização e o (a) Emitente fica sujeito(a) à perda de todo e qualquer benefício financeiro e os encargos financeiros passarão a ser os de inadimplimento, enquanto não regularizada a operação, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial. A(s) parcela(s) vencida(s) e encargos decorrentes deverão ser pagos no máximo, até 120 dias, após o que a operação retornará à normalidade nas bases anteriormente pactuadas, ressalvado o direito de o BASA em considerar, a qualquer tempo, antecipado o vencimento do título e aplicar os encargos de inadimplimento. Os encargos de inadimplimento serão calculados pelo método hamburguês, debitados no último dia de cada mês e na liquidação. **CONDIÇÕES ESPECIAIS:** I) Concorda o (a) Emitente que as parcelas do crédito posteriores à primeira só poderão ser liberadas após a comprovação da aplicação das anteriores; II) O (a) emitente se obriga a aplicar o financiamento (parcelas liberadas) exclusivamente no empreendimento financiado, vedado seu emprego em outras finalidades, devendo os recursos, enquanto não efetivamente utilizados nos respectivos itens financiados, permanecer depositados no BASA; III) Obriga-se o (a) Emitente a não alienar sem prévio e expresso consentimento do Banco, os bens adquiridos ou realizados com o financiamento. Integra esta Nota, para todos os fins e efeitos jurídicos, o seguinte anexo: ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO.

MARABÁ (PA).

EMITENTE: *MARGA DELFINA FRANQUELINA DA SILVA*
MARGA DELFINA FRANQUELINA DA SILVA
CPF: 66027101253

FOR AVAL DO(A) EMITENTE: *Maria Delfina Franqueлина da Silva*
CPF: *66027101253*

Raimundo Gons de Silva